



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Menor Preço Global.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 12.034/2023

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 04 de agosto de 2023 às 08:00 hs (horas) – Caso ocorra ponto facultativo ou outro impedimento legal, a presente licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente.

A Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA, por seu Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados por Portaria, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará e julgará a licitação acima indicada e receberá os envelopes de **PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO** na sede da Prefeitura Municipal sito na Av. Imperatriz nº 1331, Centro, João Lisboa - MA.

1 - DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação eventual e futura de serviços de manutenção preventiva e corretiva de eletrodomésticos, com reposição de peças, para o atendimento das necessidades da administração pública municipal.
- 1.2 O valor estimado da contratação é de R\$ 1.494.785,40 (um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos)

2 - DOS ANEXOS

- a) Anexo I - Proposta de Preços e Termo de Referência;
- b) Anexo II - Modelo de Carta Credencial;
- c) Anexo III - Minuta do Contrato;
- d) Anexo IV - Declaração a que alude o art. 27º, V da Lei n.º 8.666/93;
- e) Anexo V - Modelo de declaração de ciência de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- f) Anexo VI - Modelo de declaração de enquadramento como ME, EPP ou MEI
- g) Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preços

3 – DO SUPORTE LEGAL

3.1- Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 03/2011, Decreto Municipal nº 010/2017, Decreto Municipal nº 054/2017 e por este Edital e seus anexos, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis.

4 – DA DOTAÇÃO

Na licitação para registro de preços não é necessário indicar dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 8º, § 2º, do Decreto Municipal 054/2017.

5 – DA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar deste pregão os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto e que atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas e seus anexos, e se apresentarem ao pregoeiro no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital.



5.2 – Não poderão participar desta licitação:

5.2.1- Pessoas Físicas;

5.2.2 – Empresas cuja falência tenha sido decretada em concurso de credores, em dissolução, em liquidação e em consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, ou ainda empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.2.3 – Empresas que estejam cumprindo pena de suspensão de licitar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes da administração indireta ou tenham sido por estes declaradas inidôneas, ainda que tal fato se dê após o início do certame;

5.2.4 – Empresas apresentadas na qualidade de subcontratadas.

5.2.5 – Empresas que tenham sócio-gerente, diretor ou responsável que seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

5.2.6 – Empresas que se apresentem em forma de consórcios.

5.2.7- Empresas das quais participem, seja a que título for, servidor público municipal de João Lisboa - MA.

6. - DO CREDENCIAMENTO

6.1 – As licitantes deverão se apresentar junto a(o) Pregoeira(o) por meio de um representante, portando seu documento de identidade original e devidamente munido de Carta Credencial, podendo ser utilizado o modelo do Anexo II do Edital, ou procuração que o nomeie a participar deste procedimento licitatório em nome da licitante, respondendo por sua representada, **comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame.**

6.1.1 – No caso de titular, diretor ou sócio da empresa, apresentar documento de identidade juntamente com Contrato Social ou Registro que comprove sua capacidade de representar a mesma.

6.1.2 – As participantes deverão apresentar também ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

6.1.3 – As participantes deverão ainda apresentar, por intermédio de seus representantes, **Declaração de Ciência e Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**, podendo ser utilizado o modelo do Anexo V do Edital.

6.1.4 – As licitantes que se enquadrem na condição de ME, EPP ou MEI **deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado onde está sediada e declaração que comprove sua condição de ME, EPP ou MEI**, atestando ainda que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VI do Edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



6.1.4.1. Na hipótese do item **6.1.4**, **não serão considerados os documentos que estejam dentro de envelopes lacrados de habilitação**, que não serão abertos no início da respectiva sessão.

6.1.4.2. A declaração da condição de microempresa e de empresa de pequeno porte de que trata o item **6.1.4**. deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante, e deverá ser prestada com plena veracidade, sob pena de infringência ao artigo 299 do Código Penal.

6.1.4.3. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, **no afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.**

6.1.4.4. No caso de microempreendedor individual - MEI, a declaração da condição de que trata o item **6.1.4**. poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.

6.1.4.5. A falta da Certidão Simplificada da Junta Comercial e da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sua imperfeição **não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, salvo no tocante a cota exclusivamente destinada a esse tipo de empresa.**

6.1.5 - Os documentos necessários ao credenciamento **deverão ser apresentados** a(o) Pregoeiro(a) **fora dos envelopes**, em sua versão original, **os quais farão parte do processo licitatório**, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;

6.2 – Caso **as licitantes** não se façam representar durante a sessão de lances verbais ou sejam **descredenciadas, ficarão impossibilitadas de praticar os atos descrito no item 6.1.**

6.3 - A cada licitante que participar do certame será permitido somente um representante para se manifestar em nome do representado, vedada a participação de qualquer interessado representando mais de um licitante.

6.4 - As licitantes que desejem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo desse edital, aos cuidados do Pregoeiro municipal.

6.5 – Somente serão aceitos como válidos os envelopes enviados pelo correio, que comprovadamente forem recebidos antes do início da sessão.

6.6 - Poderá haver substituição do representante legal a qualquer tempo, bastando, para tal, comunicação escrita da licitante, que deverá ser apresentada pelo novo representante em tempo hábil.

7. – DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

7.1 – Por força da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto Municipal nº 010/17, as microempresas – MEs, as empresas de pequeno porte – EPPs e os microempreendedores individuais



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- MEIs que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

- a) as licitantes que se enquadrem na condição de ME, EPP ou MEI, e que eventualmente possuam alguma restrição no tocante à documentação relativa à regularidade fiscal, **deverão consignar tal informação expressamente na declaração prevista no item 6.1.3**
- b) no momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma ME, EPP ou MEI, deverá ser apresentada, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição;
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- d) A prorrogação do prazo previsto na alínea “c” deverá ser concedida pelo pregoeiro quando requerida pelo licitante, **a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho**, devidamente justificados.
- e) A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam as alíneas “c” e “d”.
- f) A não regularização da documentação no prazo previsto nas alíneas “c” e “d” implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- g) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs ou MEIs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs ou MEIs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.
- h) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs ou MEIs **sediadas no âmbito local (limites geográficos do município de João Lisboa - MA)**, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs ou MEIs locais sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a melhor proposta classificada.
- i) O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, **sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública**, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Municipal nº 010/2017.

7.2 – Para efeito do disposto no item acima, caracterizando o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) a ME, EPP ou MEI mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- b) a nova proposta de preço mencionada na alínea anterior **deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame**, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME, EPP ou MEI) no caso da alínea “g” e (ME,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- EPP ou MEI - **sediadas no âmbito local**) no caso da alínea “h”, desde que seu preço seja aceitável e a licitante atenda às exigências habilitatórias;
- c) não ocorrendo a contratação da ME, EPP ou MEI, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs, EPPs ou MEIs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas MEs, EPPs ou MEIs que se encontrem enquadradas no item 7.2., alínea c, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
 - e) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.2, alínea c, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
 - f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME, EPP ou MEI.

8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 – A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa as seguintes informações:

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA

PREGÃO N° 009/2023 - CPL

ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

Av. Imperatriz n° 1331, Centro, João Lisboa - MA CEP 65.922-000

(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)

(A PROPOSTA PODERÁ SER APRESENTADA ENCADERNADA E NUMERADA)

8.2 – Preencher, necessariamente, os seguintes requisitos:

- a) Ser digitada ou impressa em uma via, redigida com clareza em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais por pessoa **juridicamente habilitada pela empresa**;
 - b) Conter descrição detalhada e especificações necessárias à identificação do objeto, inclusive marca e/ou modelo do produto cotado, quando for o caso, conforme Anexo I, e respectivo preço por item, em moeda corrente nacional, expresso em algarismos e o valor total da proposta em algarismo e por extenso. Só serão aceitas até 02 (duas) casas decimais após a vírgula na descrição dos valores. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre o valor expresso em algarismo e por extenso, será considerado este último.
- b.1) PARA A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DEVERÁ SER UTILIZADA A DESCRIÇÃO DOS ITENS CONSTANTES NA PLANILHA DO ANEXO I DESTA EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.**
- c) **Atender às especificações mínimas estabelecidas na Proposta de Preços e Termo de Referencia (Anexo I)** correspondente aos itens a serem adquiridos e estar datada e assinada por pessoa juridicamente habilitada pela empresa.
 - d) Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

9 - DA ACEITAÇÃO TÁCITA

9.1 – Os preços apresentados devem:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- a) Refletir os de mercado no momento, observado o prazo de prestação do serviço/entrega do produto;
- b) Compreender todas as despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- c) Serem irrealizáveis durante a vigência do contrato, excetuadas as hipóteses expressamente previstas em lei;

9.2 – A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;

9.2.1 - O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato. A entrega será promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;

9.3 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma;

9.4 – Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. **Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões;**

9.5 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.6 – O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste Edital implicará na **desclassificação** do licitante;

9.7 - Caso os prazos de validade da proposta e da execução do objeto sejam omitidos na Proposta de Preços, o(a) Pregoeiro(a) entenderá como sendo iguais aos previstos no **item 9.2 e 9.3**, respectivamente.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 – A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa os dizeres abaixo e a seguinte documentação:

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA

PREGÃO N° 009/2023 - CPL

ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Av. Imperatriz n° 1331, Centro, João Lisboa - MA CEP 65.922-000

(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)

(OS DOCUMENTOS PODERÃO SER APRESENTADOS ENCADERNADOS E NUMERADOS)

10.2 - Os documentos necessários à habilitação, abaixo relacionados, poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (Tributos e Contribuições Estaduais e Dívida Ativa);
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- h) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica **emitida a menos de 60 dias da data fixada para abertura da Licitação**;
- i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, em cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- i.1) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- i.2) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- i.3.) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.
- i.4) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- i.5) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- i.5.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
- publicados em Diário Oficial; ou
 - publicados em jornal de grande circulação; ou
 - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.3) sociedade criada no exercício em curso:
- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- i.5.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- j) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- l) Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- m) Declaração, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, podendo ser utilizado o modelo do Anexo IV do Edital.
- n) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.3 – Se o licitante for **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;

10.3.1– Se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, **devendo apresentar, neste caso, o documento comprobatório de autorização para a centralização;**

10.3.2– Serão dispensados da apresentação com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**;

10.4. As certidões e documentos emitidos eletronicamente pela Internet, somente produzirão efeitos após a confirmação da autenticidade no endereço eletrônico do órgão emissor.

10.5. O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item implicará na **inabilitação** do licitante.

11 - DO PROCEDIMENTO

11.1 - No dia, hora e local designados neste instrumento, na presença dos interessados ou seus representantes legais, o pregoeiro receberá os documentos de credenciamento, os envelopes contendo as propostas de preços (envelope 01) e os documentos de habilitação (envelope 02);

11.1.1 – O pregoeiro **poderá** estabelecer prazo de tolerância de até 15 (quinze) minutos para a abertura dos trabalhos;

11.2 – Iniciada a sessão, nenhum documento e/ou proposta serão recebidos pelo pregoeiro, pelo que se recomenda que todos os interessados em participar da licitação estejam no local designado pelo menos **15 (quinze) minutos antes** do referido horário;

11.3 – Após a verificação dos documentos de credenciamento dos representantes dos licitantes e uma vez apresentada pelos últimos a declaração constante do ANEXO V, serão recebidas as propostas comerciais, ocasião em que será procedida a verificação da conformidade das propostas



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



com os requisitos estabelecidos neste edital, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis;

11.3.1. Por ocasião da participação de ME, EPP ou MEI, uma vez apresentados o documento e a declaração de que trata o item nº **6.1.4** (ANEXO VI), o pregoeiro comunicará aos presentes quais são as microempresas e empresas de pequeno porte participantes do certame que poderão se valer dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

11.4 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo por item e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão ofertar lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, até a proclamação do vencedor, **observado o disposto no item nº 7.1 “g” e item nº 7.2.**

11.4.1 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

11.4.2 – Poderá a(o) Pregoeira(o):

- a) Advertir os licitantes;
- b) Definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos;
- c) Definir tempo para os lances verbais;
- d) Permitir ou não a utilização de aparelhos celulares;
- e) Suspender e recomeçar o Pregão
- f) Convidar a retirar-se do local qualquer pessoa que atrapalhe ou perturbe a sessão, assim como, qualquer um que desobedeça ou desacate o pregoeiro, sem prejuízo das penas legais aplicáveis em cada caso.

11.4.3 - Dos lances ofertados não caberá retratação;

11.4.4 – Depois de definido o lance de menor preço e na hipótese de restarem dois ou mais licitantes, retoma-se o curso da sessão a fim de definir a ordem de classificação dos licitantes remanescentes;

11.5 – Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item 11.4, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. (Havendo empate nesta condição todos participarão da etapa de lances verbais);

11.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

11.7 – Caso não sejam ofertados lances verbais por todos os licitantes, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

11.8 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

11.8.1 – Encerrada a etapa competitiva relativa ao primeiro item, quando for o caso, dar-se-á o início da competição relativa aos demais itens objeto desta licitação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



11.9 – Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas de acordo com o menor preço ofertado, o pregoeiro imediatamente dará início à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

11.10 – Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o pregoeiro prosseguirá com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital;

11.11 – Nas situações previstas nos subitens **11.7**, **11.8** e **11.10**, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

11.12 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste edital, será classificada a ordem dos licitantes sendo declarado vencedor aquele que ocupar o primeiro lugar, sendo-lhe adjudicado pelo pregoeiro o objeto do certame;

11.13 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes dos demais licitantes contendo os “Documentos de Habilitação”. Após 5 (cinco) dias úteis da contratação, as empresas poderão retirá-los no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de inutilização dos mesmos;

11.14 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, sendo esta assinada pelo pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

12 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - Esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em consonância com o que estabelece a legislação pertinente;

12.2 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital, notadamente às especificações mínimas contidas na Proposta de Preços;

12.3 – Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR PREÇO GLOBAL**;

12.4 - Havendo absoluta igualdade de valores entre duas ou mais propostas classificadas, após os lances verbais, se for o caso, o Pregoeiro procederá ao desempate, na mesma sessão e na presença de todas as demais licitantes presentes, através de sorteio, na forma do disposto no § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93;

12.5 - No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pelo licitante, prevalecerá este último, e entre o valor unitário e o global, se for o caso, prevalecerá o valor unitário;

13 - DO DIREITO DE RECURSO

13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de



dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

13.2 – O recurso poderá ser feito na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzido a termo em ata. Não serão considerados os recursos interpostos ou enviados por fax-símile ou cujos respectivos prazos legais estejam expirados.

13.3 - O(s) recurso(s) não terá(ão) efeito suspensivo, será(ão) dirigido(s) à autoridade superior, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo(s) à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, obedecidos os prazos legais;

13.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.5 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudica e homologa a presente licitação para determinar a contratação;

13.6 – A falta de manifestação **imediate e motivada** do(s) licitante(s) na sessão importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

14- DO REGISTRO DE PREÇO

14.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços, relativo a aquisição de bens e serviços, visando a eventuais e futuras aquisições da Administração Pública.

14.2. A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação/aquisição, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgão participantes, conforme especificações contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas apresentadas pelos licitantes, conforme exigências editalícias.

14.3. A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em um (01) ano e em conformidade com a legislação, não obrigando a Administração Pública a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição.

14.4. O presente Registro de Preços terá validade de um (01) ano, a contar da data de assinatura da respectiva ARP.

14.5. A existência de Registro de Preço não obriga a Administração Pública a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento/execução em igualdade de condições.

14.6. Homologado o resultado do certame, a Comissão Permanente de Licitação convocará os interessados para assinatura da ARP, no prazo de até 02 (dois) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade.



14.7. A aquisição dos produtos/prestação do serviço junto ao fornecedor registrado será formalizada pelos Órgãos Integrantes da ARP, conforme consta do Termo de Referência, através de requisição formal, ou similar, no que couber.

14.8. Caso o proponente vencedor não atenda á convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado á Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, revogar o item/lote ou licitá-lo.

15 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES

15.1. Órgãos Participantes - Integra a Ata de Registro de Preço a **Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração e Modernização, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social**, tendo como Órgão Gerenciador do presente SRP o Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

15.2. Órgãos não participantes - todos os demais órgãos da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, conselhos escolares, empresas públicas, sociedades de economia mista, conselhos municipais e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município.

16. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos participantes ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame objeto deste Edital, mediante prévia consulta ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido no Decreto Municipal nº 054 de 13 de Dezembro de 2017;

16.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

16.3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador.

16.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes, respeitado o disposto no Decreto Municipal nº 054 de 13 de Dezembro de 2017;

16.4.1. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 16.4 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.4.2. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



16.4.3 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

16.4.4. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

16.5. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de ofício emitido pela presidência do órgão gerenciador. ·

17. DA EXCLUSÃO DO FORNECEDOR REGISTRADO

17.1. O licitante registrado terá seu registro cancelado quando:

17.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

17.1.2. Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.

17.1.5. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput do art. 21 do Decreto Municipal nº 054 de 13 de Dezembro de 2017, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Presidência da CPL.

17.1.6. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.·

18. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

18.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

18.1.1. Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços -SRP;

18.1.2. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

18.1.3. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos.

18.1.4. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

18.1.5. Aplicar as sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes de descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



18.1.6. Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;

18.1.7. Registrar no Portal do Município a ata de registro de preços;

18.1.8. Respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata nas contratações dela decorrentes;

18.2. Compete aos órgãos interessados e não participantes:

18.2.1. Manifestar intenção de compra por meio de ofício endereçado ao Órgão Gerenciador;

18.2.2. Contratar os serviços obedecendo ao quantitativo registrado, por meio de instrumento contratual, conforme minuta anexa ao edital, em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

18.3. Compete aos órgãos participantes e não participantes, na qualidade de Contratante:

18.3.1. Efetuar o pagamento na forma estabelecida neste edital, após o recebimento definitivo do objeto e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e as demais disposições do Termo de Referência.

18.3.2. Designar um profissional, se necessário, para, na qualidade de fiscal, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

18.3.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

18.3.4. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes da execução do objeto do termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

18.3.5. Informar a Contratada eventuais defeitos, identificados mesmo após a execução do objeto e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

18.3.6. Verificar se a execução do objeto foi realizada com observação às disposições pertinentes neste Termo de Referência, implicando em caso negativo no cancelamento do pagamento.

18.3.7. Convocar regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

18.3.8. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada antes dos atos relativos à firmatura e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

18.3.9. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto do contrato e indicar os locais onde o mesmo será entregue/prestado.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



18.3.10. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada, desde que estejam devidamente trajados com uniformes em nome da empresa e/ou crachá de identificação, para a execução do objeto.

18.3.11. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa executar o objeto de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

18.3.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

18.3.13. Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à Contratada.

18.3.14. Notificar previamente a Contratada, quando da aplicação de penalidades.

18.3.15. Aplicar à (s) licitante (s) vencedora (s) as sanções administrativas previstas na legislação.

19- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação, convocará, no prazo de 02 (dois) dias, o (s) declarado (s) vencedor (es) para assinatura da Ata de Registro de Preços. .

19.2. Sempre que o beneficiário não atender à convocação para contratar, sem prejuízo da sanção que a ele possa ser imposta, é facultado à Administração, dentro do prazo e das condições estabelecidos, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação.

19.3. A Ata de Registro de Preços, publicada no portal do município, aperfeiçoará o compromisso de execução nas condições estabelecidas no Edital e terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

19.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, nos termos do Decreto Municipal nº 054 de 13 de Dezembro de 2017;

20. DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA

20.1. A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;

20.2. O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato e, ainda, promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;

20.3. O recebimento somente será considerado efetuado após a análise minuciosa pelo servidor responsável, o qual verificará e atestará se o objeto executado/entregue atende às especificações exigidas pelo edital.

20.4. No caso de o objeto não atender às especificações, a Contratada providenciará a substituição/correção dos mesmos, no prazo máximo de 12 (doze) horas.



21. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1. Entregues os produtos/executados os serviços, se estiverem em perfeitas condições, atestado pela CONTRATANTE, será recebido por servidor especialmente designado, que assinará o termo de recebimento.

21.2. O termo de recebimento somente será assinado se a licitante vencedora tiver atendido todas as condições especificadas no termo de referência, bem como as especificações apresentadas na Proposta.

21.3. Os produtos/serviços objeto deste Pregão serão considerados aceitos somente após terem sido conferidos pela respectiva área solicitante e atendidas as especificações e condições exigidas neste edital.

21.4. Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as condições pactuadas, ficando ao encargo da Contratada o controle de qualidade do fornecimento/execução de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade dos produtos/serviços.

22. VIGÊNCIA

22.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, sendo vedada sua prorrogação.

22.2. A vigência do contrato será de doze meses, a contar da data de sua assinatura, tendo início e vencimento em dia útil de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

23 – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento à contratada será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, mediante empenho, por meio de transferência eletrônica ou ordem bancária, em até 30 (trinta) dias após a aceitação definitiva dos produtos/serviços, com apresentação das notas fiscais do(a) fornecimento/Execução dos Serviços devidamente certificadas pelo Agente Público.

23.2. O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS proporcionais mediante o(a) fornecimento/prestação dos serviços, à medida que forem entregues os mesmos, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

23.3. Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), bem como a quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre os produtos contratados, inclusive quanto o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

23.4. A periodicidade dos pagamentos será mensal.

23.5. Para fins de pagamento, a contratante responsabilizar-se-á apenas pelos produtos/serviços devidamente autorizados e certificados pelos gestores do contrato.

23.6. A atestação da fatura correspondente ao fornecimento/execução caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



23.7. Caso sejam verificadas divergências na Nota Fiscal/Fatura, a contratante devolverá o documento fiscal à contratada, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela Contratante.

23.8. No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo iniciar-se-á a partir da data de recebimento do documento corrigido.

23.9. A contratante reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que os produtos foram entregues/executados em conformidade com as especificações do contrato.

23.10. A contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

24. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

24.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

24.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

24.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

24.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

25 - DAS PENALIDADES

25.1 - No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Prefeitura Municipal de João Lisboa -MA;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

25.2 - O atraso na execução dos serviços objeto da presente licitação, implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

25.2.1 - Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

25.3 - O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

25.4 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

25.5 - Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

25.6 - O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

26 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.1 – Executar o objeto somente após o recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Educação;

26.2 – Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 12 (doze) horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrentes de culpa da empresa fornecedora ou fabricante.

26.3 - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive os decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo.

26.4 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;

26.5 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação a execução do objeto;



26.6 - Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação descritas no Edital;

26.7 - Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução do contrato ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto;

26.8- Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias a execução do objeto contratado, pagando os emolumentos prescritos em lei.

26.9 - Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhes sejam impostas pelas autoridades.

26.10 - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Administração Pública Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

26.11 - Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes a custos de mão de obra, transportes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

26.12 - A CONTRATADA não será responsável:

26.12.1 - Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no Edital.

26.13 – A Prefeitura Municipal de João Lisboa – MA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.

27. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

27.1 - A Contratante, durante a vigência deste contrato, se compromete a:

27.2 – Verificar se o objeto foi executado com observação às disposições pertinentes no Termo de Referência, implicando em caso negativo no cancelamento do pagamento do objeto executado;

27.3 - Rejeitar o objeto cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes do Termo de Referência.

27.4 – Designar servidores municipais para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto do contrato;

27.5 - As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes a administração.

27.6 - Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

27.7 – Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução do objeto;



27.8 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;

27.9 - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;

28 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

28.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93.

28.1.1. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados.
- c) A paralisação da execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil.
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o contrato.
- j) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- m) A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de alimentos naturais especificadas nos projetos.
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão execução do contrato.



29. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro lavrará a ata da sessão e submeterá o processo à homologação da autoridade competente;

29.1.1 - No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade incumbida da decisão homologará o objeto licitado;

29.2 - O vencedor obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

29.3 - A Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

29.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que tendo aceitado sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

29.5. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições.

29.6. O(A) pregoeiro(a) ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

29.7. Não serão considerados motivos para desclassificação simples omissões ou erros formais da proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes.

29.8. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento.

29.9. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação deste instrumento convocatório.

29.10. Caso a licitante vencedora ainda não esteja cadastrada junto a Administração Pública Municipal, deverá fazê-lo tão logo seja contratado o objeto do presente certame.

29.11. Os autos do respectivo processo administrativo que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

29.12. As decisões do(a) Pregoeiro(a), bem como os demais atos de interesse dos licitantes serão publicados na Imprensa Oficial, caso não possam ser feitas diretamente aos seus representantes.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



29.13. Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade das propostas fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que o feito estiver suspenso.

29.14. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.16. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.

29.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

29.18 – O Edital e seus anexos poderão ser consultados gratuitamente por meio do site www.joaolisboa.ma.gov.br ou obtidos mediante solicitação ao Pregoeiro e o pagamento no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, estando disponível para atendimento em dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas, na sede da Comissão Permanente de Licitações sito na Av. Imperatriz nº 1331, Centro, João Lisboa – MA.

João Lisboa (MA), 13 de julho de 2023

DAVISON SORMANI ALMEIDA ALVES
Secretário Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 – CPL

ANEXO I
(Proposta de Preços e Termo de Referência)

_____ de ____ de ____

Prezados Senhores,

_____ (empresa), com sede na cidade de _____ à Rua _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e R.G. n.º _____, abaixo assinado propõe à Prefeitura Municipal de João Lisboa – MA, os preços infra discriminados para a prestação eventual e futura de serviços de manutenção preventiva e corretiva de eletrodomésticos, com reposição de peças, objeto do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL**:

DAS PEÇAS:					
1. AR CONDICIONADO					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
1	CAPACITOR DE 1,5 UF DE 440 WLT	UND	50		
2	CAPACITOR DE 2,5 UF DE 440 WLT	UND	50		
3	CAPACITOR DE 3 UF DE 440 WLT	UND	50		
4	CAPACITOR DE 20 UF DE 440 WLT	UND	50		
5	CAPACITOR DE 25 UF DE 440 WLT	UND	50		
6	CAPACITOR DE 30 UF DE 440 WLT	UND	50		
7	CAPACITOR DE 35 UF DE 440 WLT	UND	50		
8	CAPACITOR DE 40 UF DE 440 WLT	UND	50		
9	CAPACITOR DE 45 UF DE 440 WLT	UND	50		
10	CAPACITOR DE 50 UF DE 440 WLT	UND	50		
11	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 7000 BTUS 220 WTS	UND	50		
12	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 9000 BTUS 220 WTS	UND	50		
13	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 12000 BTUS 220 WTS	UND	50		
14	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 18000 BTUS 220 WTS	UND	50		
15	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 24000 BTUS 220 WTS	UND	50		
16	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 7000 BTUS	UND	50		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



17	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 9000 BTUS	UND	50		
18	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 12000 BTUS	UND	50		
19	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 18000 BTUS	UND	50		
20	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 24000 BTUS	UND	50		
21	PLACA UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO DE 7 A 24000 BTU	UND	50		
22	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO DE 7 A 24000 BTU	UND	50		
TOTAL					
2. FREEZER HORIZONTAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
23	RESISTÊNCIA APLICAÇÃO FREEZER	UND	40		
24	COMPRESSOR REFRIGERAÇÃO POTENCIA 1/4HP TENSÃO 220, APLICAÇÃO FREEZER PARA GELADEIRA	UND	40		
25	MICRO MOTOR 1/40 BIVOLT COM HELICE DE PLASTICO PARA FREEZER/GELADEIRA	UND	40		
26	CONDENSADOR 1/4 APLICAÇÃO FREEZER	UND	40		
27	TERMOSTATO PARA TEMPERATURA APLICAÇÃO FREEZER	UND	40		
28	GAXETA PARA PORTA APLICAÇÃO FREEZER	UND	40		
29	PUXADOR PARA FREEZER HORIZONTAL	UND	40		
30	RELÉ PTC COM PROTETOR TERMICO APLICAÇÃO FREEZER	UND	40		
31	RODIZIO DE PÉ PARA FREEZER	UND	40		
32	CAPILAR 0,42 ROLO 3MT PARA FREEZER	UND	40		
33	CABO DE FORÇA FIO DE ENERGIA PARA FREEZER	UND	40		
34	DOBRADIÇA DA PORTA PARA FREEZER	UND	40		
35	PAINEL COMPLETO PARA FREEZER	UND	40		
TOTAL					
3. FOGÃO INDUSTRIAL					



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
36	BICO INJETOR APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40		
37	BOTÃO APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40		
38	GRELHA APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40		
39	QUEIMADORES APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40		
40	ESPALHADORES APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40		
41	MANGUEIRA DE GAS APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40		
42	REGULADOR DE GAS APLICAÇÃO FOGÃO 4 OU 6 BOCAS	UND	40		
43	REGISTRO REGULADOR DE GAS	UND	40		
TOTAL					
4. BEBEDOURO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
44	COMPRESSOR REFRIGERAÇÃO POTENCIA 1/5 HP TENSÃO 220 APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
45	MICRO MOTOR 1/40 BIVOLT COM HELICE DE PLASTICO APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
46	CONDENSADOR 1/4, APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
47	TERMOSTATO PARA TEMPERATURA APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
48	RELÉ PTC C/ PROTETOR APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
49	CAPILAR 0,31 ROLO 3MT APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
50	CABO DE FORÇA FIO DE ENERGIA APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
51	TONEIRA MATERIAL CORPO AÇO DIAMETRO 1/2 APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
52	BOIA REGULADORA DE NIVEL DE AGUA	UND	50		
53	FLANGE PR CONEXÃO1/2	UND	50		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	BEBEDOURO				
54	FILTRO DE AGUA COM MANGUEIRA	UND	50		
55	REFIL PARA FILTRO DE AGUA	UND	50		
TOTAL					
5. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
56	MANCAL COM BUCHA LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
57	EIXO CENTRAL LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
58	ROLAMENTO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
59	ARRUELAS DE VEDAÇÃO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
60	ORING VEDAÇÃO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
61	HELICE APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
62	KIT FACAS PARA COPO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
63	MOTOR LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 220V	UND	40		
64	ACOPLAMENTO DO COPO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
TOTAL					
6. GELADEIRA					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
65	COMPRESSOR DE 1/4 HP 220V	UND	50		
66	GAXETA SUPERIOR PARA GELADEIRA 400 LTS	UND	50		
67	GAXETA INFERIOR PARA GELADEIRA 400 LTS	UND	50		
68	GAXETA INFERIOR PARA GELADEIRA 280 LTS	UND	50		
69	GAXETA SUPERIOR PARA GELADEIRA 280 LTS	UND	50		
70	GAXETA UNIVERSAL GELADEIRA	UND	50		
71	TERMOSTATO LONGO UNIVERSAL GELADEIRA	UND	50		
72	VENTILADOR PARA GELADEIRA 480 LTS	UND	50		
73	VENTILADOR UNIVERSAL	UND	50		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	PARA GELADEIRA				
74	BANDEJA DA EVAPORADORA PARA GELADEIRA	UND	50		
75	FUSIVEL TERMICO PARA GELADEIRA	UND	50		
76	FUSIVEL UNIVERSAL PARA GELADEIRA	UND	50		
77	MODULO PARA GELADEIRA MABE 440 LTS	UND	50		
78	MODULO UNIVERSALPARA GELADEIRA 440LTS	UND	50		
79	PLACA ELETRÔNICA PARA GELADEIRA	UND	50		
80	PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL PARA GELADEIRA	UND	50		
81	PLACA ELETRONICA PARA GELADEIRA 280 LTS	UND	50		
TOTAL					
7. VENTILADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
82	ROLAMENTO VENTILADOR 60 CM	UND	50		
83	ESTATOR MOTOR VENTILADOR 60 CM 220V	UND	50		
84	HELICE VENTILADOR 60 CM	UND	50		
85	CENTRO DA HELICE 60 CM	UND	50		
86	GRADE FRONTAL VENTILADOR 60 CM	UND	50		
87	GRADE TRASEIRA VENTILADOR 60 CM	UND	50		
88	CAPA MOTOR VENTILADOR 60 CM	UND	50		
89	CAPACITOR VENTILADOR DE 2,5 À 8 UF 250 WTS	UND	50		
90	CABO DE FORÇA VENTILADOR	UND	50		
91	PRESILHA DA GRADE VENTILADOR 60 CM	UND	50		
92	DIMER VENTILADOR 220V	UND	50		
93	PESCOÇO SUTENTAÇÃO VENTILADOR 60 CM	UND	50		
94	SUPORTE PAREDE VENTILADOR 60 CM	UND	50		
95	ROTOR DO EIXO VENTILADOR 60 CM	UND	50		
96	EIXO VENTILADOR 60 CM	UND	50		
97	PÉ CENTRAL VENTILADOR 60 CM	UND	50		
98	PUXADOR DO GIRO VENTILADOR 60 CM	UND	50		
99	BLOCO GIRATORIO VENTILADOR 60 CM	UND	50		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



100	MANCAL FRONTAL VENTILADOR 60 CM	UND	50		
101	MANCAL TRASEIRO VENTILADOR 60 CM	UND	50		
102	CHAVE DE VELOCIDDE ROTATIVA VENTILADOR 60 CM	UND	50		
103	BOTÃO DA CHAVE VENTILADOR 60 CM	UND	50		
TOTAL					
8. ELETRÔNICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
104	CONTROLE REMOT UNIVERSAL TV 24 A 42 POLEGADS	UND	50		
105	SUPORTE PAREDE PARA TV 24 A 42 POLEGADAS	UND	50		
106	FONTE UNIVERSAL TV 24 A 42 POLEGAS	UND	50		
107	PLACA DE SINAL PRINCIPAL TV 24 A 42 POLEGADAS	UND	50		
108	LENTE FOCAL PROJETOR	UND	50		
109	FONTE UNIVERSAL PROJETOR	UND	50		
110	PLACA DA FONTE UNIVERSAL PARA DVD	UND	50		
111	ENTRADA USB PARA DVD	UND	50		
112	PLACA DA FONTE BIVOLT PARA MINI SYSTEM	UND	50		
113	PLACA PRINCIPAL PARA MINI SYSTEM 200W	UND	50		
TOTAL					
9. LAVADORA					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
114	CHAVE ROTATIVA LIGA DESLIGA LAVAORA	UND	40		
115	BOTÃO DA CHAVE ROTATIVA PARA LAVDORA	UND	40		
116	MANGUEIRA DE ENTRADA DE AGUA PARA LAVADORA	UND	40		
117	MANGEUIRA DE SAIDA DE AGUA PARA LAVADORA	UND	40		
118	CAPACITOR DE PARTIDA PARA MOTOR LAVADORA	UND	40		
119	PLACA INTERFACE UNIVERSAL PARA LAVADORA	UND	40		
120	BOMBA DE ENTRADA DE AGUA PARA LAVADORA	UND	40		
121	BOMBA PARA SAIDA DE AGUA PARA LAVADORA	UND	40		
122	MECANISAMO MONTADO PARA LAVADORA	UND	40		
123	MOTOR MONTADO PARA LAVADORA	UND	40		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



TOTAL					
VALOR TOTAL PEÇAS					
DOS SERVIÇOS:					
1. AR CONDICIONADO					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
124	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 7.000 BTUS	UND	50		
125	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 9.000 BTUS	UND	50		
126	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 12.000 BTUS	UND	50		
127	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 18.000 BTUS	UND	50		
128	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 24.000 BTUS	UND	50		
129	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA AR CONDICIONADO TIPO JANELA 7 A 21.000 BTUS	UND	50		
130	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7.000 BTUS	UND	50		
131	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	UND	50		
132	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	UND	50		
133	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	UND	50		
134	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	UND	50		
135	SERVIÇO DE TROCA DE PLACA CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7 A 24.000 BTUS	UND	50		
136	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7.000 BTUS	UND	50		
137	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	UND	50		
138	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE	UND	50		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	CENTRAL DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS				
139	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	UND	50		
140	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	UND	50		
141	SERVIÇO DE TROCA COMPRESSOR DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO DE 7 A 24.000 BTUS	UND	50		
142	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO DE 7 A 24.000 BTU	UND	50		
143	SERVIÇO CARGA DE GAS R22 CENTRAL DE AR DE 7 A 24000 BTUS	UND	50		
TOTAL					
2. FREEZER HORIZONTAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
144	PINTURA INTERNA DE FREEZER HORIZONTAL	UND	40		
145	PINTURA EXTERNA DE FREEZER HORIZONTAL	UND	40		
146	CARGA DE GÁS FREEZER HORIZONTAL	UND	40		
147	SOLDA NO TANQUE DE FREEZER HORIZONTAL	UND	40		
148	LANTERNAGEM DE FREEZER HORIZONTAL	UND	40		
149	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS DE FREEZER	UND	40		
TOTAL					
3. FOGÃO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
150	PINTURA GERAL FOGÃO INDUSTRIAL	UND	40		
151	SOLDA ELETRICA FOGÃO INDUSTRIAL	UND	40		
152	LIMPEZA GERAL FOGÃO INDUSTRIAL	UND	40		
153	LIMPEZA DOS BICOS INJETORES FOGÃO INDUSTRIAL	UND	40		
154	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS FOGÃO	UND	40		
TOTAL					
4. BEBEDOURO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



155	CARGA DE GAS 134A DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
156	SOLDA NO TANQUE BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
157	LIMPEZA NO CONDENSADOR DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
158	MÃO DE OBRA TROCA CONJUNTO TORNEIRA INOX BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
159	LIMPEZA GERAL BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50		
160	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS BEBEDOURO	UND	50		
TOTAL					
5. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
161	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO MANCAL COM BUCHA LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
162	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO EIXO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
163	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
164	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS ARRUELAS, ORING, KIT FACAS E HELICE LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40		
165	MÃO DE OBRA PARA TROCA DO ACOPLAMENTO E MOTOR LIQUIDIFICADOR	UND	40		
TOTAL					
6. GELADEIRA FROST FREE					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
166	PINTURA GERAL GELADEIRA	UND	50		
167	CARGA DE GAS PARA COMPRESSOR R600 PARA GELADEIRA	UND	50		
168	CARGA DE GAS PARA COMPRESSOR R134A PARA GELADEIRA	UND	50		
169	SOLDA DE TUBULAÇÃO DO TANQUE DA GELADEIRA	UND	50		
170	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DA PLACA	UND	50		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	ELETRÔNICA PARA GELADEIRA				
171	MÃO DE OBRA SUBSTITUIÇÃO DE MODULO PARA GELADEIRA	UND	50		
172	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO FUSIVEL TERMICO PARA GELADEIRA	UND	50		
173	MÃO DE OBRA SUBSTITUIÇÃO DE GAXETA PARA GELADEIRA	UND	50		
174	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE PEQUENAS PEÇAS GELADEIRA	UND	50		
TOTAL					
7. VENTILADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
175	INSTALAÇÃO VENTILADOR PAREDE	UND	50		
176	LIMEPEZA GERAL VENTILADOR	UND	50		
177	LIBRIFICAÇÃO GERAL VENTILADOR	UND	50		
178	REBOBINAMENTO DE ESTATOR VENTILADOR 60 CM	UND	50		
179	TROCA DE PEÇAS PLASTICAS VENTILADOR 60 CM	UND	50		
180	TROCA DE DIMER VENTILADOR 60 CM	UND	50		
181	TROCA DE MOTOR VENTILADOR 60 CM	UND	50		
182	TROCA FIAÇÃO ELETRICA VENTILADOR	UND	50		
183	TROCA CAPACITOR VENTILADOR	UND	50		
184	DESINSTALAÇÃO DE VENTILADOR PAREDE	UND	50		
185	REVISÃO GERAL VENTILADOR	UND	50		
TOTAL					
8. ELETRÔNICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
186	MANUTENÇÃO TV DE 24 A 42 POLEGADAS	UND	50		
187	MANUTENÇÃO PROJOTOR	UND	50		
188	MANUTENÇÃO DVD	UND	50		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



189	MANUTENÇÃO SYSTEM	MINI	UND	50		
190	TROCA DE PEÇAS ELETRÔNICAS TV, PROJETOR, DVD E MINI SYSTEM		UND	50		
191	INSTALAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TV, PROJETOR, DVD E MINI SYSTEM		UND	50		
TOTAL						
9. LAVADORA						
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL	
192	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MOTOR LAVADORA	UND	40			
193	MANUTENÇÃO COM TROCA DE PLACA LAVADORA	UND	40			
194	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MECANISMO LAVADORA	UND	40			
195	MANUTENÇÃO COM TROCA DE BOMBA LAVADORA	UND	40			
196	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MANGUEIRA LAVADORA	UND	40			
197	MANUTENÇÃO COM TROCA DE CHAVE LAVADORA	UND	40			
198	MANUTENÇÃO SEM TROCA DE PEÇAS LAVADORA	UND	40			
TOTAL						
VALOR TOTAL SERVIÇOS						
VALOR TOTAL GERAL						

a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua abertura;

b) O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato. A entrega será promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;

c) O preço total da proposta é de R\$ _____ (_____)

Nome, Assinatura do Responsável da Empresa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 – CPL

TERMO DE REFERÊNCIA

DAS PEÇAS:					
1. AR CONDICIONADO					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
1	CAPACITOR DE 1,5 UF DE 440 WLT	UND	50	25,96	1.298,00
2	CAPACITOR DE 2,5 UF DE 440 WLT	UND	50	27,04	1.352,00
3	CAPACITOR DE 3 UF DE 440 WLT	UND	50	30,83	1.541,50
4	CAPACITOR DE 20 UF DE 440 WLT	UND	50	39,05	1.952,50
5	CAPACITOR DE 25 UF DE 440 WLT	UND	50	47,54	2.377,00
6	CAPACITOR DE 30 UF DE 440 WLT	UND	50	60,36	3.018,00
7	CAPACITOR DE 35 UF DE 440 WLT	UND	50	63,82	3.191,00
8	CAPACITOR DE 40 UF DE 440 WLT	UND	50	69,23	3.461,50
9	CAPACITOR DE 45 UF DE 440 WLT	UND	50	77,34	3.867,00
10	CAPACITOR DE 50 UF DE 440 WLT	UND	50	78,75	3.937,50
11	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 7000 BTUS 220 WTS	UND	50	427,26	21.363,00
12	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 9000 BTUS 220 WTS	UND	50	518,12	25.906,00
13	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 12000 BTUS 220 WTS	UND	50	592,86	29.643,00
14	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 18000 BTUS 220 WTS	UND	50	691,62	34.581,00
15	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 24000 BTUS 220 WTS	UND	50	820,23	41.011,50
16	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 7000 BTUS	UND	50	282,59	14.129,50
17	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 9000 BTUS	UND	50	325,69	16.284,50
18	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 12000 BTUS	UND	50	364,52	18.226,00
19	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 18000 BTUS	UND	50	407,25	20.362,50
20	MOTOR VENTILADOR PARA	UND	50	356,95	17.847,50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	ARCONDICIONADO DE 24000 BTUS				
21	PLACA UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO DE 7 A 24000 BTU	UND	50	358,03	17.901,50
22	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO DE 7 A 24000 BTU	UND	50	135,21	6.760,50
TOTAL					290.012,50
2. FREEZER HORIZONTAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
23	RESISTÊNCIA APLICAÇÃO FREEZER	UND	40	100,81	4.032,40
24	COMPRESSOR REFRIGERAÇÃO POTENCIA 1/4HP TENSÃO 220, APLICAÇÃO FREEZER PARA GELADEIRA	UND	40	518,01	20.720,40
25	MICRO MOTOR 1/40 BIVOLT COM HELICE DE PLASTICO PARA FREEZER/GELADEIRA	UND	40	73,88	2.955,20
26	CONDENSADOR 1/4 APLICAÇÃO FREEZER	UND	40	114,55	4.582,00
27	TERMOSTATO PARA TEMPERATURA APLICAÇÃO FREEZER	UND	40	85,35	3.414,00
28	GAXETA PARA PORTA APLICAÇÃO FREEZER	UND	40	67,06	2.682,40
29	PUXADOR PARA FREEZER HORIZONTAL	UND	40	62,74	2.509,60
30	RELÉ PTC COM PROTETOR TERMICO APLICAÇÃO FREEZER	UND	40	95,73	3.829,20
31	RODIZIO DE PÉ PARA FREEZER	UND	40	34,83	1.393,20
32	CAPILAR 0,42 ROLO 3MT PARA FREEZER	UND	40	42,08	1.683,20
33	CABO DE FORÇA FIO DE ENERGIA PARA FREEZER	UND	40	28,23	1.129,20
34	DOBRADIÇA DA PORTA PARA FREEZER	UND	40	59,66	2.386,40
35	PAINEL COMPLETO PARA FREEZER	UND	40	191,46	7.658,40
TOTAL					58.975,60
3. FOGÃO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
36	BICO INJETOR APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40	51,92	2.076,80
37	BOTÃO APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40	28,34	1.133,60
38	GRELHA APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40	48,78	1.951,20
39	QUEIMADORES APLICAÇÃO	UND	40	50,94	2.037,60



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS				
40	ESPALHADORES APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40	43,48	1.739,20
41	MANGUEIRA DE GAS APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	UND	40	65,01	2.600,40
42	REGULADOR DE GAS APLICAÇÃO FOGÃO 4 OU 6 BOCAS	UND	40	212,60	8.504,00
43	REGISTRO REGULADOR DE GAS	UND	40	77,66	3.106,40
TOTAL					23.149,20
4. BEBEDOURO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
44	COMPRESSOR REFRIGERAÇÃO POTENCIA 1/5 HP TENSÃO 220 APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	439,48	21.974,00
45	MICRO MOTOR 1/40 BIVOLT COM HELICE DE PLASTICO APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	82,69	4.134,50
46	CONDENSADOR 1/4, APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	120,61	6.030,50
47	TERMOSTATO PARA TEMPERATURA APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	113,58	5.679,00
48	RELÉ PTC C/ PROTETOR APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	93,67	4.683,50
49	CAPILAR 0,31 ROLO 3MT APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	92,38	4.619,00
50	CABO DE FORÇA FIO DE ENERGIA APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	33,32	1.666,00
51	TONEIRA MATERIAL CORPO AÇO DIAMETRO 1/2 APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	85,24	4.262,00
52	BOIA REGULADORA DE NIVEL DE AGUA	UND	50	111,52	5.576,00
53	FLANGE PR CONEXÃO 1/2 BEBEDOURO	UND	50	39,05	1.952,50
54	FILTRO DE AGUA COM MANGUEIRA	UND	50	216,23	10.811,50
55	REFIL PARA FILTRO DE AGUA	UND	50	86,64	4.332,00
TOTAL					75.720,50
5. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
56	MANCAL COM BUCHA	UND	40	98,76	3.950,40



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL				
57	EIXO CENTRAL LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	88,80	3.552,00
58	ROLAMENTO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	44,89	1.795,60
59	ARRUELAS DE VEDAÇÃO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	10,38	415,20
60	ORING VEDAÇÃO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	17,41	696,40
61	HELICE APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	104,17	4.166,80
62	KIT FACAS PARA COPO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	174,04	6.961,60
63	MOTOR LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 220V	UND	40	196,97	7.878,80
64	ACOPLAMENTO DO COPO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	107,63	4.305,20
TOTAL					33.722,00
6. GELADEIRA					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
65	COMPRESSOR DE 1/4 HP 220V	UND	50	515,41	25.770,50
66	GAXETA SUPERIOR PARA GELADEIRA 400 LTS	UND	50	130,88	6.544,00
67	GAXETA INFERIOR PARA GELADEIRA 400 LTS	UND	50	108,17	5.408,50
68	GAXETA INFERIOR PARA GELADEIRA 280 LTS	UND	50	139,43	6.971,50
69	GAXETA SUPERIOR PARA GELADEIRA 280 LTS	UND	50	136,29	6.814,50
70	GAXETA UNIVERSAL GELADEIRA	UND	50	104,38	5.219,00
71	TERMOSTATO LONGO UNIVERSAL GELADEIRA	UND	50	100,70	5.035,00
72	VENTILADOR PARA GELADEIRA 480 LTS	UND	50	194,81	9.740,50
73	VENTILADOR UNIVERSAL PARA GELADEIRA	UND	50	239,05	11.952,50
74	BANDEJA DA EVAPORADORA PARA GELADEIRA	UND	50	42,08	2.104,00
75	FUSIVEL TERMICO PARA GELADEIRA	UND	50	52,46	2.623,00
76	FUSIVEL UNIVERSAL PARA GELADEIRA	UND	50	60,79	3.039,50
77	MODULO PARA GELADEIRA MABE 440 LTS	UND	50	400,22	20.011,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

78	MODULO UNIVERSAL PARA GELADEIRA 440LTS	UND	50	408,87	20.443,50
79	PLACA ELETRÔNICA PARA GELADEIRA	UND	50	322,34	16.117,00
80	PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL PARA GELADEIRA	UND	50	373,18	18.659,00
81	PLACA ELETRONICA PARA GELADEIRA 280 LTS	UND	50	259,60	12.980,00
TOTAL					179.433,00
7. VENTILADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
82	ROLAMENTO VENTILADOR 60 CM	UND	50	18,66	933,00
83	ESTATOR MOTOR VENTILADOR 60 CM 220V	UND	50	122,28	6.114,00
84	HELICE VENTILADOR 60 CM	UND	50	75,08	3.754,00
85	CENTRO DA HELICE 60 CM	UND	50	61,95	3.097,50
86	GRADE FRONTAL VENTILADOR 60 CM	UND	50	54,03	2.701,50
87	GRADE TRASEIRA VENTILADOR 60 CM	UND	50	54,03	2.701,50
88	CAPA MOTOR VENTILADOR 60 CM	UND	50	45,90	2.295,00
89	CAPACITOR VENTILADOR DE 2,5 À 8 UF 250 WTS	UND	50	22,24	1.112,00
90	CABO DE FORÇA VENTILADOR	UND	50	16,17	808,50
91	PRESILHA DA GRADE VENTILADOR 60 CM	UND	50	12,04	602,00
92	DIMER VENTILADOR 220V	UND	50	35,91	1.795,50
93	PESCOÇO SUTENTAÇÃO VENTILADOR 60 CM	UND	50	40,80	2.040,00
94	SUPORTE PAREDE VENTILADOR 60 CM	UND	50	54,36	2.718,00
95	ROTOR DO EIXO VENTILADOR 60 CM	UND	50	63,04	3.152,00
96	EIXO VENTILADOR 60 CM	UND	50	68,52	3.426,00
97	PÉ CENTRAL VENTILADOR 60 CM	UND	50	61,63	3.081,50
98	PUXADOR DO GIRO VENTILADOR 60 CM	UND	50	6,40	320,00
99	BLOCO GIRATORIO VENTILADOR 60 CM	UND	50	76,17	3.808,50
100	MANCAL FRONTAL VENTILADOR 60 CM	UND	50	79,42	3.971,00
101	MANCAL TRASEIRO VENTILADOR 60 CM	UND	50	79,42	3.971,00
102	CHAVE DE VELOCIDDE ROTATIVA VENTILADOR 60 CM	UND	50	20,83	1.041,50
103	BOTÃO DA CHAVE VENTILADOR 60 CM	UND	50	10,36	518,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



					TOTAL	53.962,00
8. ELETRÔNICOS						
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL	
104	CONTROLE REMOT UNIVERSAL TV 24 A 42 POLEGADS	UND	50	84,63	4.231,50	
105	SUPORTE PAREDE PARA TV 24 A 42 POLEGADAS	UND	50	241,85	12.092,50	
106	FONTE UNIVERSAL TV 24 A 42 POLEGAS	UND	50	240,98	12.049,00	
107	PLACA DE SINAL PRINCIPAL TV 24 A 42 POLEGADAS	UND	50	419,14	20.957,00	
108	LENTE FOCAL PROJETOR	UND	50	201,27	10.063,50	
109	FONTE UNIVERSAL PROJETOR	UND	50	209,51	10.475,50	
110	PLACA DA FONTE UNIVERSAL PARA DVD	UND	50	65,43	3.271,50	
111	ENTRADA USB PARA DVD	UND	50	54,36	2.718,00	
112	PLACA DA FONTE BIVOLT PARA MINI SYSTEM	UND	50	215,92	10.796,00	
113	PLACA PRINCIPAL PARA MINI SYSTEM 200W	UND	50	288,83	14.441,50	
TOTAL					101.096,00	
9. LAVADORA						
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL	
114	CHAVE ROTATIVA LIGA DESLIGA LAVAORA	UND	40	142,14	5.685,60	
115	BOTÃO DA CHAVE ROTATIVA PARA LAVDORA	UND	40	19,31	772,40	
116	MANGUEIRA DE ENTRADA DE AGUA PARA LAVADORA	UND	40	26,15	1.046,00	
117	MANGUEIRA DE SAIDA DE AGUA PARA LAVADORA	UND	40	39,22	1.568,80	
118	CAPACITOR DE PARTIDA PARA MOTOR LAVADORA	UND	40	35,26	1.410,40	
119	PLACA INTERFACE UNIVERSAL PARA LAVADORA	UND	40	245,21	9.808,40	
120	BOMBA DE ENTRADA DE AGUA PARA LAVADORA	UND	40	67,81	2.712,40	
121	BOMBA PARA SAIDA DE AGUA PARA LAVADORA	UND	40	75,08	3.003,20	
122	MECANISAMO MONTADO PARA LAVADORA	UND	40	417,73	16.709,20	
123	MOTOR MONTADO PARA LAVADORA	UND	40	278,85	11.154,00	
TOTAL					53.870,40	
VALOR TOTAL PEÇAS					869.941,20	
DOS SERVIÇOS:						
1. AR CONDICIONADO						
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL	
124	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 7.000 BTUS	UND	50	206,15	10.307,50	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

125	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 9.000 BTS	UND	50	217,00	10.850,00
126	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 12.000 BTUS	UND	50	227,85	11.392,50
127	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 18.000 BTUS	UND	50	292,95	14.647,50
128	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 24.000 BTUS	UND	50	303,80	15.190,00
129	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA AR CONDICIONADO TIPO JANELA 7 A 21.000 BTUS	UND	50	260,40	13.020,00
130	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7.000 BTUS	UND	50	282,10	14.105,00
131	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	UND	50	314,65	15.732,50
132	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	UND	50	325,50	16.275,00
133	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	UND	50	347,20	17.360,00
134	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	UND	50	401,45	20.072,50
135	SERVIÇO DE TROCA DE PLACA CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7 A 24.000 BTUS	UND	50	195,30	9.765,00
136	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7.000 BTUS	UND	50	162,75	8.137,50
137	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	UND	50	151,90	7.595,00
138	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	UND	50	173,60	8.680,00
139	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	UND	50	173,60	8.680,00
140	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR	UND	50	184,45	9.222,50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	CONDICIONADO 24.000 BTUS				
141	SERVIÇO DE TROCA DE COMPRESSOR DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO DE 7 A 24.000 BTUS	UND	50	249,55	12.477,50
142	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO DE 7 A 24.000 BTU	UND	50	173,60	8.680,00
143	SERVIÇO CARGA DE GAS R22 CENTRAL DE AR DE 7 A 24000 BTUS	UND	50	249,55	12.477,50
TOTAL					244.667,50
2. FREEZER HORIZONTAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
144	PINTURA INTERNA DE FREEZER HORIZONTAL	UND	40	249,55	9.982,00
145	PINTURA EXTERNA DE FREEZER HORIZONTAL	UND	40	260,40	10.416,00
146	CARGA DE GÁS FREEZER HORIZONTAL	UND	40	303,80	12.152,00
147	SOLDA NO TANQUE DE FREEZER HORIZONTAL	UND	40	184,45	7.378,00
148	LANTERNAGEM DE FREEZER HORIZONTAL	UND	40	195,30	7.812,00
149	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS DE FREEZER	UND	40	86,80	3.472,00
TOTAL					51.212,00
3. FOGÃO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
150	PINTURA GERAL FOGÃO INDUSTRIAL	UND	40	303,80	12.152,00
151	SOLDA ELETRICA FOGÃO INDUSTRIAL	UND	40	108,50	4.340,00
152	LIMPEZA GERAL FOGÃO INDUSTRIAL	UND	40	206,15	8.246,00
153	LIMPEZA DOS BICOS INJETORES FOGÃO INDUSTRIAL	UND	40	75,95	3.038,00
154	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS FOGÃO	UND	40	65,10	2.604,00
TOTAL					30.380,00
4. BEBEDOURO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
155	CARGA DE GAS 134A DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	314,65	15.732,50
156	SOLDA NO TANQUE BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	282,10	14.105,00
157	LIMPEZA NO CONDENSADOR DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	75,95	3.797,50
158	MÃO DE OBRA TROCA CONJUNTO TORNEIRA INOX	UND	50	65,10	3.255,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	BEBEDOURO INDUSTRIAL				
159	LIMPEZA GERAL BEBEDOURO INDUSTRIAL	UND	50	81,38	4.069,00
160	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS BEBEDOURO	UND	50	75,95	3.797,50
TOTAL					44.756,50
5. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
161	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO MANCAL COM BUCHA LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	119,35	4.774,00
162	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO EIXO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	141,05	5.642,00
163	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	146,48	5.859,20
164	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS ARRUELAS, ORING, KIT FACAS E HELICE LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	UND	40	173,60	6.944,00
165	MÃO DE OBRA PARA TROCA DO ACOPLAMENTO E MOTOR LIQUIDIFICADOR	UND	40	151,90	6.076,00
TOTAL					29.295,20
6. GELADEIRA FROST FREE					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
166	PINTURA GERAL GELADEIRA	UND	50	271,25	13.562,50
167	CARGA DE GAS PARA COMPRESSOR R600 PARA GELADEIRA	UND	50	325,50	16.275,00
168	CARGA DE GAS PARA COMPRESSOR R134A PARA GELADEIRA	UND	50	314,65	15.732,50
169	SOLDA DE TUBULAÇÃO DO TANQUE DA GELADEIRA	UND	50	103,08	5.154,00
170	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DA PLACA ELETRÔNICA PARA GELADEIRA	UND	50	162,75	8.137,50
171	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DE MODULO PARA GELADEIRA	UND	50	151,90	7.595,00
172	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO FUSIVEL TERMICO PARA GELADEIRA	UND	50	130,20	6.510,00
173	MÃO DE OBRA	UND	50	130,20	6.510,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	SUBSTITUIÇÃO DE GAXETA PARA GELADEIRA				
174	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE PEQUENAS PEÇAS GELADEIRA	UND	50	141,05	7.052,50
TOTAL					86.529,00
7. VENTILADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
175	INSTALAÇÃO VENTILADOR PAREDE	UND	50	86,80	4.340,00
176	LIMEPEZA GERAL VENTILADOR	UND	50	75,95	3.797,50
177	LIBRIFICAÇÃO GERAL VENTILADOR	UND	50	70,53	3.526,50
178	REBOBINAMENTO DE ESTATOR VENTILADOR 60 CM	UND	50	97,65	4.882,50
179	TROCA DE PEÇAS PLASTICAS VENTILADOR 60 CM	UND	50	70,53	3.526,50
180	TROCA DE DIMER VENTILDOR 60 CM	UND	50	48,83	2.441,50
181	TROCA DE MOTOR VENTILADOR 60 CM	UND	50	70,53	3.526,50
182	TROCA FIAÇÃO ELETRICA VENTILADOR	UND	50	70,53	3.526,50
183	TROCA CAPACITOR VENTILADOR	UND	50	27,13	1.356,50
184	DESINSTALAÇÃO DE VENTILADOR PAREDE	UND	50	32,55	1.627,50
185	REVISÃO GERAL VENTILADOR	UND	50	86,80	4.340,00
TOTAL					36.891,50
8. ELETRÔNICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
186	MANUTENÇÃO TV DE 24 A 42 POLEGADAS	UND	50	249,55	12.477,50
187	MANUTENÇÃO PROJETOR	UND	50	184,45	9.222,50
188	MANUTENÇÃO DVD	UND	50	75,95	3.797,50
189	MANUTENÇÃO MINI SYSTEM	UND	50	206,15	10.307,50
190	TROCA DE PEÇAS ELETRÔNICAS TV, PROJETOR, DVD E MINI SYSTEM	UND	50	217,00	10.850,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



191	INSTALAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TV, PROJETOR, DVD E MINI SYSTEM	UND	50	119,35	5.967,50
TOTAL					52.622,50
9. LAVADORA					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
192	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MOTOR LAVADORA	UND	40	206,15	8.246,00
193	MANUTENÇÃO COM TROCA DE PLACA LAVADORA	UND	40	174,03	6.961,20
194	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MECANISMO LAVADORA	UND	40	212,10	8.484,00
195	MANUTENÇÃO COM TROCA DE BOMBA LAVADORA	UND	40	141,40	5.656,00
196	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MANGUEIRA LAVADORA	UND	40	108,77	4.350,80
197	MANUTENÇÃO COM TROCA DE CHAVE LAVADORA	UND	40	119,64	4.785,60
198	MANUTENÇÃO SEM TROCA DE PEÇAS LAVADORA	UND	40	250,16	10.006,40
TOTAL					48.490,00
VALOR TOTAL SERVIÇOS					624.844,20
VALOR TOTAL GERAL					1.494.785,40

1. DA ESSENCIALIDADE DOS SERVIÇOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1. A presente solicitação tem esteio na constante necessidade de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de reposição em aparelhos eletrodomésticos utilizados constantemente para a climatização de ambientes, preparação de alimentos, higienização de tecidos, dentre outros. Os serviços são de vital importância para que não haja descontinuidade no atendimento das necessidades cotidianas da administração. Salientamos ainda acerca da grande demanda mensal de procedimentos, sendo imprescindível que todos os equipamentos estejam em perfeitas condições de uso a fim de evitar transtornos ao bom andamento dos serviços prestados aos usuários, o que revela a essencialidade dos mesmos e, por via reflexa, o interesse público na contratação.

1.2. A necessária previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório, conforme permite o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 decorre do fato de que a solução de continuidade dos serviços, ao fim de cada exercício financeiro, indubitavelmente acarreta prejuízo à administração, mormente porque a realização de novo procedimento licitatório impõe custos substanciais e interregno de longo prazo, não se mostrando razoável e tampouco econômico ao erário.

1.3. O critério de julgamento a ser adotado deve ser o de **MENOR PREÇO GLOBAL** a fim de permitir a execução e centralização de todas as ações do objeto por uma única pessoa jurídica, facilitando o desempenho dos trabalhos e a consecução do objetivo com excelência.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

2. DA HABILITAÇÃO

2.1 - As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação nos autos do certame:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (Tributos e Contribuições Estaduais e Dívida Ativa);
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal
- h) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica **emitida a menos de 60 dias da data fixada para abertura da Licitação**;
- i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, em cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- i.1) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- i.2) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- i.3.) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.
- i.4) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- i.5) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- i.5.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
- publicados em Diário Oficial; ou
 - publicados em jornal de grande circulação; ou
 - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- i.5.3) sociedade criada no exercício em curso:
- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- i.5.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- j) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- l) Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- m) Declaração, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- n) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1 - Os preços apresentados devem:

- Refletir os de mercado no momento, observado o prazo de prestação do serviço/entrega do produto;
- Compreender todas as despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
- Serem irrealizáveis durante a vigência do contrato, excetuadas as hipóteses expressamente previstas em lei;

3.2 – A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;

3.2.1 - O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato. A entrega será promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;

3.3 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma;

3.4 – Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. **Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões;**

3.5 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título.

4 - DAS PENALIDADES

4.1 - No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- Advertência;
- Multa;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.2 - O atraso na execução do objeto implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

4.3 - Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

4.4 - O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

4.5 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

4.6 - Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

4.7 - O participante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Executar o objeto somente após o recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Educação;

5.2 – Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 12 (doze) horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrentes de culpa da empresa fornecedora ou fabricante.

5.3 - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive os decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo.

5.4 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



5.5 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação a execução do objeto;

5.6 - Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação descritas no Edital;

5.7 - Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução do contrato ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto;

5.8- Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias a execução do objeto contratado, pagando os emolumentos prescritos em lei.

5.9 - Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhes sejam impostas pelas autoridades.

5.10 - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Administração Pública Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

5.11 - Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes a custos de mão de obra, transportes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

5.12 - A CONTRATADA não será responsável:

5.12.1 - Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no Edital.

5.13 – A Prefeitura Municipal de João Lisboa – MA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.

6. DO REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

7.1. Requer-se seja o procedimento licitatório realizado pelo Sistema de Registro de Preços haja vista a possibilidade de seu objeto atender a mais de um órgão da administração, observando-se o disposto no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 054/2017 e Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 003/2011.

7.2. O objeto especificado neste Termo de Referência se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto Municipal nº 003/2011, que regulamenta a modalidade do Pregão, por possuir características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Presencial com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

8 – DA MODALIDADE LICITATÓRIA

8.1. Considerando que o objeto cuja contratação é pretendida será custeado por recursos próprios, justifica-se a possibilidade de realização de pregão em sua modalidade presencial. Urge observar ainda que a modalidade presencial - mormente no caso em tela, em que compõem o objeto mais de trezentos itens - permite uma maior celeridade à contratação, sem prejuízo à competitividade. Por outro lado, tem-se observado através de acompanhamento dos pregões eletrônicos - modalidade utilizada em quase a totalidade dos certames realizados pelo município - que embora tenha sido concebido para agilizar os procedimentos, não raro se revela excessiva a demora em suas conclusões, dado o grande volume de itens e, principalmente, de empresas que declinam de suas propostas, seja por equívoco no momento de registro dos lances no sistema eletrônico, seja por má-fé, no intuito de sagrar-se vencedora sem o cuidado, responsabilidade e a lisura de averiguar a exequibilidade de sua proposta, o que jamais ocorreu no município quando realizados certames na forma presencial. A opção por pregão presencial se dá ainda pelo baixíssimo volume de procedimentos licitatórios realizados nesta modalidade, sendo utilizada preferencialmente a modalidade eletrônica. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial justifica-se posto que é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame. A uma, por tratar-se de despesas suportadas por recurso próprio e, não havendo qualquer legislação federal ou mesmo municipal que obrigue o município a adotar a modalidade eletrônica, encontra-se nos limites do poder discricionário da administração a opção, desde que, como é o caso, seja justificado em observância ao princípio da motivação. A duas, considerando que a grande quantidade de itens a ser licitado demandaria razoável e desnecessário lapso temporal que a modalidade presencial não exige. Resta, portanto, justificada a opção pela realização de Pregão Presencial.

João Lisboa (MA), 05 de julho de 2023

DAVISON SORMANI ALMEIDA ALVES
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

VILSON SOARES FERREIRA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL

**ANEXO II
(MODELO)**

(Papel timbrado do Concorrente)
CARTA CREDENCIAL

_____ de _____ de _____

**AO
PREGOEIRO MUNICIPAL
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL**

O abaixo-assinado, responsável legal pela Empresa _____, vem pela presente informar a Vs. Sas. que o Sr. _____ é designado para representar nossa empresa na Licitação acima referida, podendo assinar atas e demais documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, assinar propostas e rubricar documentos das demais licitantes, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, formular lances verbais, enfim, praticar todos os atos inerentes ao certame.

Atenciosamente

Nome, Identidade e Assinatura do Responsável Legal



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL

**ANEXO III
(MINUTA DO CONTRATO)**

**CONTRATO Nº ____/____
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO
LISBOA (MA) E A EMPRESA _____,
NA FORMA ABAIXO.**

Ao(s) _____ dias do mês de ____ do ano de ____, de um lado, o **MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 07.000.300/0001-10, com sede administrativa na Av. Imperatriz nº 1331, Centro, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. **DAVISON SORMANI ALMEIDA ALVES**, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 20729882002-4 SSP-MA e do CPF nº 729.428.193-91, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo, Sr. _____ portador da cédula de identidade de nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Pregão Presencial nº 009/2023 - CPL**, que passa a integrar este instrumento independentemente de transcrição, na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato, regido pela Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação eventual e futura de serviços de manutenção preventiva e corretiva de eletrodomésticos, com reposição de peças, em conformidade com o **Pregão Presencial nº 009/2023 - CPL** e seus anexos, que independente de transcrição integram este instrumento para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato está consubstanciado no procedimento licitatório realizado na forma da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhes são confiados, obrigando-se ainda a:

- I) iniciar a execução somente após o recebimento da ordem de serviço/fornecimento, emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA, cujas cópias deverão ser apresentadas em anexo às respectivas notas fiscais para efeito de pagamento;
- II) respeitar o prazo estipulado por este contrato para a execução do objeto;
- III) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem incorreções ou defeitos decorrentes da execução;
- IV) comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer irregularidade e providências a serem tomadas na execução do objeto;
- V) facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- VI) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



VII) Manter durante o prazo de execução do Contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VIII) O licitante CONTRATADO(A) responderá, perante o usuário, por eventuais danos morais e materiais resultantes da utilização do objeto da licitação, independentemente de culpa;

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

I) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento, desde que preenchidas as formalidades previstas neste Contrato;

II) Designar o servidor _____ para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto deste Contrato;

III) Comunicar à contratada, através do servidor designado, qualquer problema que ocorra na execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA — DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

I) O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, sendo vedada a sua prorrogação;

II) A vigência do presente contrato será de doze meses, podendo ser prorrogado/aditivado de acordo com necessidade da contratante e dada a característica de serviços contínuos do objeto a ser contratado, ficando comprovada a vantagem econômica para a Administração Pública, nos termos do art. 57, inc. II da Lei n. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo para a execução do objeto deste contrato é imediato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA

I) A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;

II) O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato e, ainda, promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;

III) O recebimento somente será considerado efetuado após a análise minuciosa pelo servidor responsável, o qual verificará e atestará se o objeto executado/entregue atende às especificações exigidas pelo edital.

III) No caso de o objeto não atender às especificações, a Contratada providenciará a substituição/correção dos mesmos, no prazo máximo de 12 (doze) horas.

CLÁUSULA SEXTA - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

I) Entregues os produtos/executados os serviços, se estiverem em perfeitas condições, atestado pela CONTRATANTE, será recebido por servidor especialmente designado, que assinará o termo de recebimento.

II) O termo de recebimento somente será assinado se a licitante vencedora tiver atendido todas as condições especificadas no termo de referência, bem como as especificações apresentadas na Proposta.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



III) Os produtos/serviços objeto deste Pregão serão considerados aceitos somente após terem sido conferidos pela respectiva área solicitante e atendidas as especificações e condições exigidas neste edital.

IV) Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as condições pactuadas, ficando ao encargo da Contratada o controle de qualidade do fornecimento/execução de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade dos produtos/serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

I) O pagamento à contratada será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, mediante empenho, por meio de transferência eletrônica ou ordem bancária, em até 30 (trinta) dias após a aceitação definitiva dos produtos/serviços, com apresentação das notas fiscais do(a) fornecimento/Execução dos Serviços devidamente certificadas pelo Agente Público.

II) O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS proporcionais mediante o(a) fornecimento/prestação dos serviços, à medida que forem entregues os mesmos, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

III) Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), bem como a quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre os produtos contratados, inclusive quanto o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

IV) A periodicidade dos pagamentos será mensal.

V) Para fins de pagamento, a contratante responsabilizar-se-á apenas pelos produtos/serviços devidamente autorizados e certificados pelos gestores do contrato.

VI) A atestação da fatura correspondente ao fornecimento/execução caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

VII) Caso sejam verificadas divergências na Nota Fiscal/Fatura, a contratante devolverá o documento fiscal à contratada, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela Contratante.

VIII) No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo iniciar-se-á a partir da data de recebimento do documento corrigido.

IX) A contratante reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que os produtos foram entregues/executados em conformidade com as especificações do contrato.

X) A contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada

CLÁUSULA OITAVA — DO VALOR CONTRATADO

O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____)

CLÁUSULA NONA — DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

CLAÚSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I) A execução do objeto do presente contrato será feita diretamente a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e atestado por servidor desta instituição, designado para esse fim.

II) O responsável pelo recebimento anotará em registro próprio todas as ocorrências.



III) À Secretaria Municipal de Educação caberá a fiscalização da execução do objeto. Para tanto, serão nomeados fiscais que terão poderes para exigir da contratada o perfeito atendimento as cláusulas contratuais.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

I) Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

II) Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

III) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

IV) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

V) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

VI) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

VII) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VIII) O reajuste será realizado por apostilamento.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

I) Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados.
- c) A paralisação da execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil.
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o contrato.
- j) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- m) A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos.
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão execução do contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de João Lisboa -MA;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O atraso na execução do objeto da presente contratação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

PARÁGRAFO QUARTO

O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em executar o objeto contratado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

PARÁGRAFO QUINTO

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

PARÁGRAFO SEXTO

Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

PARÁGRAFO SÉTIMO – As multas porventura aplicadas como sanção não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de João Lisboa - MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela contratada e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

João Lisboa (MA), _____ de _____ de _____

CONTRATANTE

Secretário Municipal de Educação

CONTRATADO

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF/MF _____

CPF/MF _____



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INC. V DO ART. 27 DA LEI
8.666/93**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaramos, para efeito de participação no processo licitatório Pregão Presencial nº 009/2023 - CPL realizado pela Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA e conforme exigências legais, que damos ciência de que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação.

A presente declaração é feita sob as penas da Lei.

João Lisboa - MA, ____ de _____ de ____

Representante Legal da Empresa



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO À LC Nº 123/06

A empresa _____ DECLARA, sob as penas da lei, especialmente o disposto no art. 299, do Código Penal Brasileiro, que se encontra enquadrada na condição de _____ (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa de Consumo) e que inexistente fato superveniente que implique no seu desenquadramento dessa situação.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

João Lisboa - MA, ____ de _____ de ____

Representante Legal da Empresa



PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 - CPL

**ANEXO VII
(MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL**, instituída por Lei Municipal, com sede e foro na cidade de João Lisboa - MA na Av. Imperatriz nº 1331, Centro, neste ato representada por seu **Presidente/Pregoeiro**, Sr. Marcos Venício Vieira Lima, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 61354196-0 SSP-MA e do CPF nº 839.110.903-82, nomeado por meio da Portaria nº 046, de 02 de Janeiro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto Municipal nº 054, de 13 de Dezembro de 2017, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº ____/____ publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão em XXXXX, Processo Administrativo nº 12.034/2023, **RESOLVE** registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 054/2017, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação eventual e futura de serviços de manutenção preventiva e corretiva de eletrodomésticos, com reposição de peças, conforme Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 009/2023 - CPL, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E FORNECEDORES

2.1. Do quantitativo

DAS PEÇAS:			
1. AR CONDICIONADO			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
1	CAPACITOR DE 1,5 UF DE 440 WLT	50	250
2	CAPACITOR DE 2,5 UF DE 440 WLT	50	250
3	CAPACITOR DE 3 UF DE 440 WLT	50	250
4	CAPACITOR DE 20 UF DE 440 WLT	50	250
5	CAPACITOR DE 25 UF DE 440 WLT	50	250
6	CAPACITOR DE 30 UF DE 440 WLT	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7	CAPACITOR DE 35 UF DE 440 WLT	50	250
8	CAPACITOR DE 40 UF DE 440 WLT	50	250
9	CAPACITOR DE 45 UF DE 440 WLT	50	250
10	CAPACITOR DE 50 UF DE 440 WLT	50	250
11	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 7000 BTUS 220 WTS	50	250
12	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 9000 BTUS 220 WTS	50	250
13	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 12000 BTUS 220 WTS	50	250
14	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 18000 BTUS 220 WTS	50	250
15	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 24000 BTUS 220 WTS	50	250
16	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 7000 BTUS	50	250
17	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 9000 BTUS	50	250
18	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 12000 BTUS	50	250
19	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 18000 BTUS	50	250
20	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 24000 BTUS	50	250
21	PLACA UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO DE 7 A 24000 BTU	50	250
22	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO DE 7 A 24000 BTU	50	250
2. FREEZER HORIZONTAL			



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
23	RESISTÊNCIA APLICAÇÃO FREEZER	40	200
24	COMPRESSOR REFRIGERAÇÃO POTENCIA 1/4HP TENSÃO 220, APLICAÇÃO FREEZER PARA GELADEIRA	40	200
25	MICRO MOTOR 1/40 BIVOLT COM HELICE DE PLASTICO PARA FREEZER/GELADEIRA	40	200
26	CONDENSADOR 1/4 APLICAÇÃO FREEZER	40	200
27	TERMOSTATO PARA TEMPERATURA APLICAÇÃO FREEZER	40	200
28	GAXETA PARA PORTA APLICAÇÃO FREEZER	40	200
29	PUXADOR PARA FREEZER HORIZONTAL	40	200
30	RELÉ PTC COM PROTETOR TERMICO APLICAÇÃO FREEZER	40	200
31	RODIZIO DE PÉ PARA FREEZER	40	200
32	CAPILAR 0,42 ROLO 3MT PARA FREEZER	40	200
33	CABO DE FORÇA FIO DE ENERGIA PARA FREEZER	40	200
34	DOBRADIÇA DA PORTA PARA FREEZER	40	200
35	PAINEL COMPLETO PARA FREEZER	40	200
3. FOGÃO INDUSTRIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
36	BICO INJETOR APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	40	200
37	BOTÃO APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	40	200
38	GRELHA APLICAÇÃO	40	200



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS		
39	QUEIMADORES APLICAÇÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS FOGÃO OU 6 BOCAS	40	200
40	ESPALHADORES APLICAÇÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS FOGÃO OU 6 BOCAS	40	200
41	MANGUEIRA DE GAS APLICAÇÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS FOGÃO OU 6 BOCAS	40	200
42	REGULADOR DE GAS APLICAÇÃO FOGÃO 4 OU 6 BOCAS	40	200
43	REGISTRO REGULADOR DE GAS	40	200

4. BEBEDOURO INDUSTRIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
44	COMPRESSOR REFRIGERAÇÃO POTENCIA 1/5 HP TENSÃO 220 APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
45	MICRO MOTOR 1/40 BIVOLT COM HELICE DE PLASTICO APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
46	CONDENSADOR 1/4, APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
47	TERMOSTATO PARA TEMPERATURA APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
48	RELÉ PTC C/ PROTETOR APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
49	CAPILAR 0,31 ROLO 3MT APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
50	CABO DE FORÇA FIO DE ENERGIA APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
51	TONEIRA MATERIAL CORPO AÇO DIAMETRO 1/2 APLICAÇÃO	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	BEBDOURO INDUSTRIAL		
52	BOIA REGULADORA DE NIVEL DE AGUA	50	250
53	FLANGE PR CONEXÃO1/2 BEBEDOURO	50	250
54	FILTRO DE AGUA COM MANGUEIRA	50	250
55	REFIL PARA FILTRO DE AGUA	50	250

5. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
56	MANCAL COM BUCHA LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
57	EIXO CENTRAL LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
58	ROLAMENTO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
59	ARRUELAS DE VEDAÇÃO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
60	ORING VEDAÇÃO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
61	HELICE APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
62	KIT FACAS PARA COPO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
63	MOTOR LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 220V	40	200
64	ACOPLAMENTO DO COPO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200

6. GELADEIRA

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
65	COMPRESSOR DE 1/4 HP 220V	50	250
66	GAXETA SUPERIOR PARA GELADEIRA 400 LTS	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



67	GAXETA INFERIOR PARA GELADEIRA 400 LTS	50	250
68	GAXETA INFERIOR PARA GELADEIRA 280 LTS	50	250
69	GAXETA SUPERIOR PARA GELADEIRA 280 LTS	50	250
70	GAXETA UNIVERSAL GELADEIRA	50	250
71	TERMOSTATO LONGO UNIVERSAL GELADEIRA	50	250
72	VENTILADOR PARA GELADEIRA 480 LTS	50	250
73	VENTILADOR UNIVERSAL PARA GELADEIRA	50	250
74	BANDEJA DA EVAPORADORA PARA GELADEIRA	50	250
75	FUSIVEL TERMICO PARA GELADEIRA	50	250
76	FUSIVEL UNIVERSAL PARA GELADEIRA	50	250
77	MODULO PARA GELADEIRA MABE 440 LTS	50	250
78	MODULO UNIVERSAL PARA GELADEIRA 440LTS	50	250
79	PLACA ELETRÔNICA PARA GELADEIRA	50	250
80	PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL PARA GELADEIRA	50	250
81	PLACA ELETRONICA PARA GELADEIRA 280 LTS	50	250
7. VENTILADOR			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
82	ROLAMENTO VENTILADOR 60 CM	50	250
83	ESTATOR MOTOR VENTILADOR 60 CM 220V	50	250
84	HELICE VENTILADOR 60 CM	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



85	CENTRO DA HELICE 60 CM	50	250
86	GRADE FRONTAL VENTILADOR 60 CM	50	250
87	GRADE TRASEIRA VENTILADOR 60 CM	50	250
88	CAPA MOTOR VENTILADOR 60 CM	50	250
89	CAPACITOR VENTILADOR DE 2,5 À 8 UF 250 WTS	50	250
90	CABO DE FORÇA VENTILADOR	50	250
91	PRESILHA DA GRADE VENTILADOR 60 CM	50	250
92	DIMER VENTILADOR 220V	50	250
93	PESCOÇO SUTENTAÇÃO VENTILADOR 60 CM	50	250
94	SUPORTE PAREDE VENTILADOR 60 CM	50	250
95	ROTOR DO EIXO VENTILADOR 60 CM	50	250
96	EIXO VENTILADOR 60 CM	50	250
97	PÉ CENTRAL VENTILADOR 60 CM	50	250
98	PUXADOR DO GIRO VENTILADOR 60 CM	50	250
99	BLOCO GIRATORIO VENTILADOR 60 CM	50	250
100	MANCAL FRONTAL VENTILADOR 60 CM	50	250
101	MANCAL TRASEIRO VENTILADOR 60 CM	50	250
102	CHAVE DE VELOCIDDE ROTATIVA VENTILADOR 60 CM	50	250
103	BOTÃO DA CHAVE VENTILADOR 60 CM	50	250

8. ELETRÔNICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
------	---------------------	------------------------------	----------------------------------



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



104	CONTROLE REMOT UNIVERSAL TV 24 A 42 POLEGADS	50	250
105	SUORTE PAREDE PARA TV 24 A 42 POLEGADAS	50	250
106	FONTE UNIVERSAL TV 24 A 42 POLEGAS	50	250
107	PLACA DE SINAL PRINCIPAL TV 24 A 42 POLEGADAS	50	250
108	LENTE FOCAL PROJETOR	50	250
109	FONTE UNIVERSAL PROJETOR	50	250
110	PLACA DA FONTE UNIVERSAL PARA DVD	50	250
111	ENTRADA USB PARA DVD	50	250
112	PLACA DA FONTE BIVOLT PARA MINI SYSTEM	50	250
113	PLACA PRINCIPAL PARA MINI SYSTEM 200W	50	250

9. LAVADORA

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
114	CHAVE ROTATIVA LIGA DESLIGA LAVAORA	40	200
115	BOTÃO DA CHAVE ROTATIVA PARA LAVDORA	40	200
116	MANGUEIRA DE ENTRADA DE AGUA PARA LAVADORA	40	200
117	MANGUEIRA DE SAIDA DE AGUA PARA LAVADORA	40	200
118	CAPACITOR DE PARTIDA PARA MOTOR LAVADORA	40	200
119	PLACA INTERFACE UNIVERSAL PARA LAVADORA	40	200
120	BOMBA DE ENTRADA DE AGUA PARA LAVADORA	40	200
121	BOMBA PARA SAIDA DE AGUA PARA LAVADORA	40	200
122	MECANISAMO MONTADO	40	200



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	PARA LAVADORA		
123	MOTOR MONTADO PARA LAVADORA	40	200
DOS SERVIÇOS:			
1. AR CONDICIONADO			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
124	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 7.000 BTUS	50	250
125	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 9.000 BTUS	50	250
126	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 12.000 BTUS	50	250
127	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 18.000 BTUS	50	250
128	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 24.000 BTUS	50	250
129	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA AR CONDICIONADO TIPO JANELA 7 A 21.000 BTUS	50	250
130	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7.000 BTUS	50	250
131	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	50	250
132	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	CONDICIONADO 12.000 BTUS		
133	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	50	250
134	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	50	250
135	SERVIÇO DE TROCA DE PLACA CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7 A 24.000 BTUS	50	250
136	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7.000 BTUS	50	250
137	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	50	250
138	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	50	250
139	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	50	250
140	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	50	250
141	SERVIÇO DE TROCA DE COMPRESSOR DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO DE 7 A 24.000 BTUS	50	250
142	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO DE 7 A 24.000 BTU	50	250
143	SERVIÇO CARGA DE GAS R22 CENTRAL DE AR DE 7	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



A 24000 BTUS			
2. FREEZER HORIZONTAL			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
144	PINTURA INTERNA DE FREEZER HORIZONTAL	40	200
145	PINTURA EXTERNA DE FREEZER HORIZONTAL	40	200
146	CARGA DE GÁS FREEZER HORIZONTAL	40	200
147	SOLDA NO TANQUE DE FREEZER HORIZONTAL	40	200
148	LANTERNAGEM DE FREEZER HORIZONTAL	40	200
149	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS DE FREEZER	40	200
3. FOGÃO INDUSTRIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
150	PINTURA GERAL FOGÃO INDUSTRIAL	40	200
151	SOLDA ELETRICA FOGÃO INDUSTRIAL	40	200
152	LIMPEZA GERAL FOGÃO INDUSTRIAL	40	200
153	LIMPEZA DOS BICOS INJETORES FOGÃO INDUSTRIAL	40	200
154	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS FOGÃO	40	200
4. BEBEDOURO INDUSTRIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
155	CARGA DE GAS 134A DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
156	SOLDA NO TANQUE BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
157	LIMPEZA NO CONDENSADOR DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
158	MÃO DE OBRA TROCA CONJUNTO TORNEIRA INOX BEBEDOURO	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	INDUSTRIAL		
159	LIMPEZA GERAL BEBEDOURO INDUSTRIAL	50	250
160	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS BEBEDOURO	50	250
5. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
161	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO MANCAL COM BUCHA LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
162	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO EIXO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
163	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
164	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS ARRUELAS, ORING, KIT FACAS E HELICE LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	40	200
165	MÃO DE OBRA PARA TROCA DO ACOPLAMENTO E MOTOR LIQUIDIFICADOR	40	200
6. GELADEIRA FROST FREE			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
166	PINTURA GERAL GELADEIRA	50	250
167	CARGA DE GAS PARA COMPRESSOR R600 PARA GELADEIRA	50	250
168	CARGA DE GAS PARA COMPRESSOR R134A PARA GELADEIRA	50	250
169	SOLDA DE TUBULAÇÃO DO TANQUE DA GELADEIRA	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



170	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DA PLACA ELETRÔNICA PARA GELADEIRA	50	250
171	MÃO DE OBRA SUBSTITUIÇÃO DE MODULO PARA GELADEIRA	50	250
172	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO FUSIVEL TERMICO PARA GELADEIRA	50	250
173	MÃO DE OBRA SUBSTITUIÇÃO DE GAXETA PARA GELADEIRA	50	250
174	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE PEQUENAS PEÇAS GELADEIRA	50	250

7. VENTILADOR

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
175	INSTALAÇÃO VENTILADOR PAREDE	50	250
176	LIMEPEZA GERAL VENTILADOR	50	250
177	LIBRIFICAÇÃO GERAL VENTILADOR	50	250
178	REBOBINAMENTO DE ESTATOR VENTILADOR 60 CM	50	250
179	TROCA DE PEÇAS PLASTICAS VENTILADOR 60 CM	50	250
180	TROCA DE DIMER VENTILDOR 60 CM	50	250
181	TROCA DE MOTOR VENTILADOR 60 CM	50	250
182	TROCA FIAÇÃO ELETRICA VENTILADOR	50	250
183	TROCA CAPACITOR VENTILADOR	50	250
184	DESINSTALAÇÃO DE VENTILADOR PAREDE	50	250



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



185	REVISÃO GERAL VENTILADOR	50	250
8. ELETRÔNICOS			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
186	MANUTENÇÃO TV DE 24 A 42 POLEGADAS	50	250
187	MANUTENÇÃO PROJETOR	50	250
188	MANUTENÇÃO DVD	50	250
189	MANUTENÇÃO MINI SYSTEM	50	250
190	TROCA DE PEÇAS ELETRÔNICAS TV, PROJETOR, DVD E MINI SYSTEM	50	250
191	INSTALAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TV, PROJETOR, DVD E MINI SYSTEM	50	250
9. LAVADORA			
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QTD POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES	QTD POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
192	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MOTOR LAVADORA	40	200
193	MANUTENÇÃO COM TROCA DE PLACA LAVADORA	40	200
194	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MECANISMO LAVADORA	40	200
195	MANUTENÇÃO COM TROCA DE BOMBA LAVADORA	40	200
196	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MANGUEIRA LAVADORA	40	200
197	MANUTENÇÃO COM TROCA DE CHAVE LAVADORA	40	200
198	MANUTENÇÃO SEM TROCA DE PEÇAS LAVADORA	40	200



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



2.2. Do preço registrado, especificações do objeto, quantidade e demais condições ofertadas na proposta

XXXXXXX					
Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quant.	Preço Unitário Registrado (R\$)	Total (R\$)

2.3. Dados dos fornecedores classificados

CNPJ/MF nº:	Razão Social:
Endereço:	CEP:
Telefone: (99)	Fax:
Endereço Eletrônico:	Representante:
RG nº	Órgão Expedidor/UF: CPF nº

2.4. Órgãos Participantes

Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e, Secretaria Municipal de Assistência Social

2.5. Do quantitativo por órgão participante

DAS PEÇAS:					
1. AR CONDICIONADO					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
1	CAPACITOR DE 1,5 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
2	CAPACITOR DE 2,5 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
3	CAPACITOR DE 3 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
4	CAPACITOR DE 20 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
5	CAPACITOR DE 25 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
6	CAPACITOR DE 30 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
7	CAPACITOR DE 35 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
8	CAPACITOR DE 40 UF DE 440 WLT	20	12	12	6



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



9	CAPACITOR DE 45 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
10	CAPACITOR DE 50 UF DE 440 WLT	20	12	12	6
11	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 7000 BTUS 220 WTS	20	12	12	6
12	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 9000 BTUS 220 WTS	20	12	12	6
13	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 12000 BTUS 220 WTS	20	12	12	6
14	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 18000 BTUS 220 WTS	20	12	12	6
15	COMPRESSOR AR CONDICIONADO 24000 BTUS 220 WTS	20	12	12	6
16	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 7000 BTUS	20	12	12	6
17	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 9000 BTUS	20	12	12	6
18	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 12000 BTUS	20	12	12	6
19	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 18000 BTUS	20	12	12	6
20	MOTOR VENTILADOR PARA ARCONDICIONADO DE 24000 BTUS	20	12	12	6
21	PLACA UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO DE 7 A 24000 BTU	20	12	12	6
22	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO DE 7 A 24000 BTU	20	12	12	6
2. FREEZER HORIZONTAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
23	RESISTÊNCIA APLICAÇÃO FREEZER	28		8	4
24	COMPRESSOR REFRIGERAÇÃO POTENCIA 1/4HP TENSÃO 220, APLICAÇÃO FREEZER PARA GELADEIRA	28		8	4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



25	MICRO MOTOR 1/40 BIVOLT COM HELICE DE PLASTICO PARA FREEZER/GELADEIRA	28		8	4
26	CONDENSADOR 1/4 APLICAÇÃO FREEZER	28		8	4
27	TERMOSTATO PARA TEMPERATURA APLICAÇÃO FREEZER	28		8	4
28	GAXETA PARA PORTA APLICAÇÃO FREEZER	28		8	4
29	PUXADOR PARA FREEZER HORIZONTAL	28		8	4
30	RELÉ PTC COM PROTETOR TERMICO APLICAÇÃO FREEZER	28		8	4
31	RODIZIO DE PÉ PARA FREEZER	28		8	4
32	CAPILAR 0,42 ROLO 3MT PARA FREEZER	28		8	4
33	CABO DE FORÇA FIO DE ENERGIA PARA FREEZER	28		8	4
34	DOBRADIÇA DA PORTA PARA FREEZER	28		8	4
35	PAINEL COMPLETO PARA FREEZER	28		8	4
3. FOGÃO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
36	BICO INJETOR APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	18		18	4
37	BOTÃO APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	18		18	4
38	GRELHA APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	18		18	4
39	QUEIMADORES APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	18		18	4
40	ESPALHADORES APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6 BOCAS	18		18	4
41	MANGUEIRA DE GAS APLICAÇÃO FOGÃO INDUSTRIAL 4 OU 6	18		18	4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	BOCAS				
42	REGULADOR DE GAS APLICAÇÃO FOGÃO 4 OU 6 BOCAS	18		18	4
43	REGISTRO REGULADOR DE GAS	18		18	4
4. BEBEDOURO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
44	COMPRESSOR REFRIGERAÇÃO POTENCIA 1/5 HP TENSÃO 220 APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
45	MICRO MOTOR 1/40 BIVOLT COM HELICE DE PLASTICO APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
46	CONDENSADOR 1/4, APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
47	TERMOSTATO PARA TEMPERATURA APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
48	RELÉ PTC C/ PROTETOR APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
49	CAPILAR 0,31 ROLO 3MT APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
50	CABO DE FORÇA FIO DE ENERGIA APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
51	TONEIRA MATERIAL CORPO AÇO DIAMETRO 1/2 APLICAÇÃO BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
52	BOIA REGULADORA DE NIVEL DE AGUA	20	10	15	5
53	FLANGE PR CONEXÃO 1/2 BEBEDOURO	20	10	15	5
54	FILTRO DE AGUA COM MANGUEIRA	20	10	15	5
55	REFIL PARA FILTRO DE AGUA	20	10	15	5
5. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
56	MANCAL COM BUCHA	20		15	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL				
57	EIXO CENTRAL LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
58	ROLAMENTO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
59	ARRUELAS DE VEDAÇÃO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
60	ORING VEDAÇÃO APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
61	HELICE APLICAÇÃO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
62	KIT FACAS PARA COPO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
63	MOTOR LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 220V	20		15	5
64	ACOPLAMENTO DO COPO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
6. GELADEIRA					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
65	COMPRESSOR DE 1/4 HP 220V	20	10	15	5
66	GAXETA SUPERIOR PARA GELADEIRA 400 LTS	20	10	15	5
67	GAXETA INFERIOR PARA GELADEIRA 400 LTS	20	10	15	5
68	GAXETA INFERIOR PARA GELADEIRA 280 LTS	20	10	15	5
69	GAXETA SUPERIOR PARA GELADEIRA 280 LTS	20	10	15	5
70	GAXETA UNIVERSAL GELADEIRA	20	10	15	5
71	TERMOSTATO LONGO UNIVERSAL GELADEIRA	20	10	15	5
72	VENTILADOR PARA GELADEIRA 480 LTS	20	10	15	5
73	VENTILADOR UNIVERSAL PARA GELADEIRA	20	10	15	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



74	BANDEJA DA EVAPORADORA PARA GELADEIRA	20	10	15	5
75	FUSIVEL TERMICO PARA GELADEIRA	20	10	15	5
76	FUSIVEL UNIVERSAL PARA GELADEIRA	20	10	15	5
77	MODULO PARA GELADEIRA MABE 440 LTS	20	10	15	5
78	MODULO UNIVERSAL PARA GELADEIRA 440LTS	20	10	15	5
79	PLACA ELETRÔNICA PARA GELADEIRA	20	10	15	5
80	PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL PARA GELADEIRA	20	10	15	5
81	PLACA ELETRONICA PARA GELADEIRA 280 LTS	20	10	15	5
7. VENTILADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
82	ROLAMENTO VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
83	ESTATOR MOTOR VENTILADOR 60 CM 220V	20	10	15	5
84	HELICE VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
85	CENTRO DA HELICE 60 CM	20	10	15	5
86	GRADE FRONTAL VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
87	GRADE TRASEIRA VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
88	CAPA MOTOR VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
89	CAPACITOR VENTILADOR DE 2,5 À 8 UF 250 WTS	20	10	15	5
90	CABO DE FORÇA VENTILADOR	20	10	15	5
91	PRESILHA DA GRADE VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



92	DIMER VENTILADOR 220V	20	10	15	5
93	PESCOÇO SUTENTAÇÃO VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
94	SUPORTE PAREDE VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
95	ROTOR DO EIXO VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
96	EIXO VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
97	PÉ CENTRAL VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
98	PUXADOR DO GIRO VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
99	BLOCO GIRATORIO VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
100	MANCAL FRONTAL VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
101	MANCAL TRASEIRO VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
102	CHAVE DE VELOCIDDE ROTATIVA VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
103	BOTÃO DA CHAVE VENTILADOR 60 CM	20	10	15	5
8. ELETRÔNICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
104	CONTROLE REMOT UNIVERSAL TV 24 A 42 POLEGADS	20	10	15	5
105	SUPORTE PAREDE PARA TV 24 A 42 POLEGADAS	20	10	15	5
106	FONTE UNIVERSAL TV 24 A 42 POLEGAS	20	10	15	5
107	PLACA DE SINAL PRINCIPAL TV 24 A 42 POLEGADAS	20	10	15	5
108	LENTE FOCAL PROJETOR	20	10	15	5
109	FONTE UNIVERSAL PROJETOR	20	10	15	5
110	PLACA DA FONTE UNIVERSAL PARA DVD	20	10	15	5
111	ENTRADA USB PARA DVD	20	10	15	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



112	PLACA DA FONTE BIVOLT PARA MINI SYSTEM	20	10	15	5
113	PLACA PRINCIPAL PARA MINI SYSTEM 200W	20	10	15	5
9. LAVADORA					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
114	CHAVE ROTATIVA LIGA DESLIGA LAVAORA	20		15	5
115	BOTÃO DA CHAVE ROTATIVA PARA LAVDORA	20		15	5
116	MANGUEIRA DE ENTRADA DE AGUA PARA LAVADORA	20		15	5
117	MANGUEIRA DE SAIDA DE AGUA PARA LAVADORA	20		15	5
118	CAPACITOR DE PARTIDA PARA MOTOR LAVADORA	20		15	5
119	PLACA INTERFACE UNIVERSAL PARA LAVADORA	20		15	5
120	BOMBA DE ENTRADA DE AGUA PARA LAVADORA	20		15	5
121	BOMBA PARA SAIDA DE AGUA PARA LAVADORA	20		15	5
122	MECANISAMO MONTADO PARA LAVADORA	20		15	5
123	MOTOR MONTADO PARA LAVADORA	20		15	5
DOS SERVIÇOS:					
1. AR CONDICIONADO					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
124	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 7.000 BTUS	20	15	9	6
125	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 9.000 BTS	20	15	9	6
126	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO	20	15	9	6



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 12.000 BTUS				
127	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 18.000 BTUS	20	15	9	6
128	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA CENTRAL DE AR 24.000 BTUS	20	15	9	6
129	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA AR CONDICIONADO TIPO JANELA 7 A 21.000 BTUS	20	15	9	6
130	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7.000 BTUS	20	15	9	6
131	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS	20	15	9	6
132	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	20	15	9	6
133	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	20	15	9	6
134	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	20	15	9	6
135	SERVIÇO DE TROCA DE PLACA CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7 A 24.000 BTUS	20	15	9	6
136	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 7.000 BTUS	20	15	9	6
137	SERVIÇO DE	20	15	9	6



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS					
138	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS	20	15	9	6	
139	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS	20	15	9	6	
140	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	20	15	9	6	
141	SERVIÇO DE TROCA DE COMPRESSOR DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO DE 7 A 24.000 BTUS	20	15	9	6	
142	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO DE 7 A 24.000 BTU	20	15	9	6	
143	SERVIÇO CARGA DE GAS R22 CENTRAL DE AR DE 7 A 24000 BTUS	20	15	9	6	

2. FREEZER HORIZONTAL

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
144	PINTURA INTERNA DE FREEZER HORIZONTAL	20		15	5
145	PINTURA EXTERNA DE FREEZER HORIZONTAL	20		15	5
146	CARGA DE GÁS FREEZER HORIZONTAL	20		15	5
147	SOLDA NO TANQUE DE FREEZER HORIZONTAL	20		15	5
148	LANTERNAGEM DE FREEZER HORIZONTAL	20		15	5
149	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS DE FREEZER	20		15	5

3. FOGÃO INDUSTRIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
------	---------------------	-------	-------	-------	-------



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



150	PINTURA GERAL FOGÃO INDUSTRIAL	20		15	5
151	SOLDA ELETRICA FOGÃO INDUSTRIAL	20		15	5
152	LIMPEZA GERAL FOGÃO INDUSTRIAL	20		15	5
153	LIMPEZA DOS BICOS INJETORES FOGÃO INDUSTRIAL	20		15	5
154	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS FOGÃO	20		15	5
4. BEBEDOURO INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
155	CARGA DE GAS 134A DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
156	SOLDA NO TANQUE BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
157	LIMPEZA NO CONDENSADOR DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
158	MÃO DE OBRA TROCA CONJUNTO TORNEIRA INOX BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
159	LIMPEZA GERAL BEBEDOURO INDUSTRIAL	20	10	15	5
160	SERVIÇO DE TROCA DE PEQUENAS PEÇAS BEBEDOURO	20	10	15	5
5. LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
161	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO MANCAL COM BUCHA LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
162	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO EIXO LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
163	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO LIQUIDIFICADOR	20		15	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



	INDUSTRIAL				
164	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS ARRUELAS, ORING, KIT FACAS E HELICE LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	20		15	5
165	MÃO DE OBRA PARA TROCA DO ACOPLAMENTO E MOTOR LIQUIDIFICADOR	20		15	5
6. GELADEIRA FROST FREE					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
166	PINTURA GERAL GELADEIRA	20	10	12	8
167	CARGA DE GAS PARA COMPRESSOR R600 PARA GELADEIRA	20	10	12	8
168	CARGA DE GAS PARA COMPRESSOR R134A PARA GELADEIRA	20	10	12	8
169	SOLDA DE TUBULAÇÃO DO TANQUE DA GELADEIRA	20	10	12	8
170	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DA PLACA ELETRÔNICA PARA GELADEIRA	20	10	12	8
171	MÃO DE OBRA SUBSTITUIÇÃO DE MODULO PARA GELADEIRA	20	10	12	8
172	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DO FUSIVEL TERMICO PARA GELADEIRA	20	10	12	8
173	MÃO DE OBRA SUBSTITUIÇÃO DE GAXETA PARA GELADEIRA	20	10	12	8
174	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE PEQUENAS PEÇAS GELADEIRA	20	10	12	8
7. VENTILADOR					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
175	INSTALAÇÃO VENTILADOR PAREDE	20	10	15	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



176	LIMEPEZA VENTILADOR	GERAL	20	10	15	5
177	LIBRIFICAÇÃO VENTILADOR	GERAL	20	10	15	5
178	REBOBINAMENTO DE ESTATOR VENTILADOR 60 CM		20	10	15	5
179	TROCA DE PEÇAS PLASTICAS VENTILADOR 60 CM		20	10	15	5
180	TROCA DE DIMER VENTILDOR 60 CM		20	10	15	5
181	TROCA DE MOTOR VENTILADOR 60 CM		20	10	15	5
182	TROCA FIAÇÃO ELETRICA VENTILADOR		20	10	15	5
183	TROCA CAPACITOR VENTILADOR		20	10	15	5
184	DESINSTALAÇÃO DE VENTILADOR PAREDE		20	10	15	5
185	REVISÃO VENTILADOR	GERAL	20	10	15	5
8. ELETRÔNICOS						
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS		SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
186	MANUTENÇÃO TV DE 24 A 42 POLEGADAS		20	10	15	5
187	MANUTENÇÃO PROJETOR		20	10	15	5
188	MANUTENÇÃO DVD		20	10	15	5
189	MANUTENÇÃO MINI SYSTEM	MINI	20	10	15	5
190	TROCA DE PEÇAS ELETRÔNICAS TV, PROJETOR, DVD E MINI SYSTEM		20	10	15	5
191	INSTALAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS TV, PROJETOR, DVD E MINI SYSTEM		20	10	15	5
9. LAVADORA						
ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS		SEMED	SEMAD	SEMUS	SEMAS
192	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MOTOR LAVADORA		20	10	6	4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



193	MANUTENÇÃO COM TROCA DE PLACA LAVADORA	20	10	6	4
194	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MECANISMO LAVADORA	20	10	6	4
195	MANUTENÇÃO COM TROCA DE BOMBA LAVADORA	20	10	6	4
196	MANUTENÇÃO COM TROCA DE MANGUEIRA LAVADORA	20	10	6	4
197	MANUTENÇÃO COM TROCA DE CHAVE LAVADORA	20	10	6	4
198	MANUTENÇÃO SEM TROCA DE PEÇAS LAVADORA	20	10	6	4

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de _____, não podendo ser prorrogada.

4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações o gerenciamento desta Ata, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Municipal nº 054, de 13 de Dezembro de 2017.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados pelos signatários desta Ata.

5.2. Os preços registrados, bem como o registro dos licitantes que aceitaram cotar os materiais com preços iguais aos do licitante vencedor, estão relacionados na ata de realização da sessão pública do Pregão Presencial nº 009/2023 - CPL, que é parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

6. DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A presente ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

6.2. O ajuste com os fornecedores registrados será formalizado pelos interessados mediante assinatura de Contrato, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 009/2023 - CPL.

6.3. Em decorrência da publicação desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contrato com os fornecedores que tiveram os preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor a recusa daquele em fornecer os materiais no prazo estabelecido pelos órgãos participantes.

6.4. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



6.5. Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar não cumpra o prazo estabelecido ou se recuse a executar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no instrumento contratual. Neste caso, o órgão participante comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente, por ordem de classificação, os demais fornecedores.

6.6. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

6.6.1. atender os pedidos efetuados pelos órgão participantes do SRP;

6.6.2. fornecer os materiais, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo participante do SRP, não podendo ultrapassar o quantitativo registrado;

6.6.3. responder, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, à consultas do órgão gestor do registro de preços sobre a pretensão de órgão não participante em aderir à presente Ata (carona).

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e dos fornecedores registrados, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital do Pregão Presencial nº 009/2023 - CPL.

8. DA DIVULGAÇÃO

8.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços no site do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

João Lisboa (MA), __ de ____ de ____

Marcos Venício Vieira Lima
Presidente da CPL

Empresa